



# **Comunidades constroem esperança frente à invasão de plantações industriais de árvores**

## **Boletim do WRM 278**

**Abril 2026**

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

[ASSINE O BOLETIM](#)

# Índice

NOSSA OPINIÃO:	
Em tempos de militarização e guerras .....	3
Camarões e Serra Leoa: mulheres se levantam contra a Socfin.....	5
Da mineração de níquel ao comércio de carbono: ameaças crescentes e lutas de resistência de comunidades de mangue na Indonésia .....	10
Índia: o dendê está individualizando o uso da terra coletiva em Manipur .....	17
Investimentos atuais e expansão de monoculturas de árvores na África .....	23
“Vale da Celulose”: Cerrado brasileiro sob cerco do eucalipto .....	30
INCÊNDIOS FLORESTAIS NO CHILE E NA ARGENTINA: VOZES DE COMUNIDADES ORGANIZADAS	
“O fogo passou por nós”: um relato do incêndio florestal no Chile.....	34
Argentina: a organização comunitária como resistência e esperança diante dos incêndios na Patagônia .....	40
DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM	
O impacto das barragens e dos reassentamentos na vida da mulher.....	49
RECOMENDADOS	
Publicação da GRAIN alerta para mais danos que serão causados às comunidades à medida que governos do Sul correm para entrar nos mercados de carbono .....	49
Indonésia: Inundações e deslizamentos de terra em Sumatra e Aceh: não foram um desastre natural.....	50
“Carbono em outros lugares - Como a responsabilidade climática está sendo transferida” .....	50

## NOSSA OPINIÃO

# Em tempos de militarização e guerras

**Guerras e militarização não são algo novo, sobretudo no Sul global. Mas têm sido normalizadas cada vez mais por governos imperialistas, com os EUA à frente. O WRM expressa sua solidariedade aos povos que resistem a toda essa violência característica do patriarcado e do capitalismo.**

A violência como forma de fazer política é um elemento central na dominação dos povos do Sul global desde os processos de colonização. Até hoje, estes povos enfrentam guerras, militarização e violência que, na maioria das vezes, são ignoradas e invisibilizadas pela mídia global hegemônica.

Dito isso, o que chama a atenção neste momento é como governos imperialistas, com os Estados Unidos à frente, buscam normalizar, cada vez mais, guerras, militarização de territórios, intervenções em outros países, genocídios, embargos, bloqueios, sanções e assim por diante. Essas ações violentas são quase sempre articuladas com corporações que diretamente lucram com isso, como a indústria bélica e a petrolífera.

O petróleo tem sido uma das peças-chave que faz mover as peças desses tabuleiros bélicos. Primeiro, pelo simples motivo de que toda a maquinaria que move as guerras e a ocupação militar de territórios depende dessa fonte de energia para funcionar. Mas, sobretudo, porque o acesso e o controle sobre reservas de petróleo impulsionam guerras, sem dizer que impedir o acesso a petróleo tem sido usado como violenta estratégia política de pressão.

Falar de crise climática poderia parecer algo menor diante desse cenário, mas não é. Não só porque a queima do petróleo é o que mais acelera o aquecimento global, mas também pela relevância do petróleo para o capitalismo. A atual ideia de energia como uma mercadoria produzida e controlada de forma centralizada por grandes corporações foi criada pelos próprios capitalistas, e o petróleo, como fonte principal de energia, tem sido decisivo para que acumulem ainda mais dinheiro e poder. (1) Na busca por controlar recursos estratégicos como o petróleo, governos imperialistas articulados com corporações, provocam violência e guerras, ao mesmo tempo em que provocam caos climático e crise ecológica, com a destruição das florestas e dos povos que delas vivem e cuidam.

Chama atenção também a masculinidade dos governos que tem espalhado guerras, militarização e terror pelo mundo. Além de serem comandados por homens, quase sempre brancos, a forma como exercem a política é uma das principais características do patriarcado: a violência. Vale ressaltar que entre as principais vítimas desse sistema e de suas guerras estão as mulheres e as crianças: elas que mais enfrentam violência, abuso sexual, destruição das condições básicas para exercer o importante papel do cuidado, que quase sempre recai sobre as mulheres.

Nos solidarizamos com todos os povos, especialmente mulheres e crianças, que resistem como podem contra toda essa violência. Ao mesmo tempo, enfatizamos que o enfrentamento à crise climática implica questionar e transformar a lógica de acumulação do sistema capitalista e as estruturas de dominação do patriarcado que se retroalimentam de guerras, de militarização e da exploração destrutiva de corpos e territórios.

## Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Em um momento em que acabamos de lembrar e celebrar a luta das mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, reiteramos nossa solidariedade com as lutas feministas coletivas que defendem a vida e que abrem caminhos para transformar as estruturas de poder que violentam corpos e territórios e destroem as condições de vida.

### Referências:

(1) WRM, 2025. [A matriz do problema: precisamos falar de energia](#)

## **Camarões e Serra Leoa: mulheres se levantam contra a Socfin**

**A resistência de comunidades de Camarões e Serra Leoa, cujas terras vêm sendo invadidas há décadas pela Socfin, multinacional do setor de óleo de dendê e borracha, deu um duro golpe econômico na empresa. As operações da empresa são particularmente prejudiciais às mulheres, muitas das quais enfrentam ameaças por resistirem a essas violações e denunciá-las publicamente.**

As comunidades tradicionais, e especialmente as mulheres nessas comunidades, vêm denunciando há décadas as graves violações que a Socfin, a corporação multinacional que opera plantações de seringueiras e de dendezeiros em diversos países da África Ocidental, lhes inflige. As mobilizações e a resistência inabalável das mulheres nas comunidades cujas terras foram invadidas pela Socfin infligiram um duro golpe econômico à empresa. Em fevereiro deste ano, o Fundo de Pensões Estatal da Noruega, o maior fundo soberano de pensões do mundo, vendeu sua participação no Grupo Bolloré, um dos principais acionistas do Grupo Socfin. A decisão do fundo de pensões norueguês segue uma medida semelhante tomada pelo maior fundo de pensões da Suíça, o BVK.

O Grupo Socfin foi fundado em 1909 e controla cerca de 370.000 hectares de terra em oito países africanos e dois países asiáticos para a produção de dendê e de seringueiras. (1) A lista de acusações contra várias subsidiárias da Socfin nesses países é longa e grave: grilagem de terras, violência sexual contra mulheres e meninas por parte de trabalhadores da empresa e de homens que trabalham como guardas nas plantações, restrição da liberdade de movimento das comunidades rodeadas pelas plantações, assédio, violência, intimidação, bem como contaminação das águas e dos solos.

Por todos esses motivos, a Associação de Mulheres Vizinhas da Socapalm Edéa (AFRISE) é enfática sobre a decisão do fundo norueguês: "Já era hora de os investidores tomarem medidas contra a Socfin e a Bolloré". O apelo foi feito em um comunicado de imprensa coletivo, assinado por 32 organizações, para divulgar a decisão do Fundo de Pensões Estatal da Noruega e encorajar outros investidores a seguirem caminhos semelhantes. (2)

As mulheres da AFRISE sabem bem do que estão falando. A AFRISE vem se organizando há anos para resistir às violações que as mulheres sofrem em suas próprias terras pelos representantes da subsidiária camaronesa da Socfin, a Socapalm. A Socapalm, certificada pelo sistema internacional de certificação Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO, pela sigla em inglês), apesar de todas as acusações contra ela, controla quase 60.000 hectares de plantações industriais de dendê em Camarões. Grande parte desta área foi grilada ou tomada à força de comunidades tradicionais. Este é o caso da comunidade de Apouh à Ngog, em Édea. Ali, a Socapalm ocupa há mais de 40 anos de forma irregular as terras que tomou de empresas que, por sua vez, grilaram terras no período colonial. (3)

Em 2023, a AFRISE lançou uma petição internacional como parte de uma campanha para recuperar o seu território e impedir que a Socapalm retomasse as suas plantações de dendê ao redor das casas e túmulos ancestrais da comunidade. (4) Na ocasião, as mulheres da organização

afirmaram: “Não temos vida aqui. Porque a vida sem terra não é nada. Queremos a terra para poder sobreviver”, e concluem: “Vivemos como estrangeiras em nossa própria terra. Eles têm liberdade, mas nós não somos livres.” (5)

As consequências disso são severas, especialmente para as mulheres, para quem a coleta e o processamento do óleo de dendê é uma prática tradicional e essencial para sustentar suas famílias. “Nós, mulheres, estamos sendo abusadas por esta empresa, estamos sendo realmente abusadas por conta da situação diária de nossas vidas, a situação que nos deixa fragilizadas, que nos leva a ir às plantações buscar nozes de dendê caídas”, denuncia a AFRISE. Em uma carta enviada ao então presidente de Camarões, como parte da mesma campanha, as mulheres da AFRISE descreveram a gravidade de sua situação: “Negociamos a entrada na plantação entregando nossos corpos aos guardas da Socapalm, que impõem isso como condição para o acesso à terra. Como ladras e escravas sexuais por gerações, perdemos nossa dignidade como mulheres ao perdermos nossos direitos mais básicos. Somos regularmente vítimas de muitos outros abusos e violência devido à presença desta empresa na terra dos nossos antepassados”. (6)

Sem respostas institucionais para suas reivindicações, a AFRISE decidiu seguir por conta própria a luta pelo seu território. Em janeiro de 2025, as mulheres plantaram alimentos, como bananas e feijões, em aproximadamente 35 hectares de terra que recuperaram depois que a Socapalm desmatou o terreno para renovar sua plantação. Com determinação e amplo apoio internacional, a comunidade bloqueou máquinas pesadas e enfrentou dura repressão das forças armadas, até que autoridades e as forças militares do Governo de Camarões e suas forças militares entraram em cena para defender os interesses da Socfin. (7) A comunidade pode ter tido que recuar da área que retomaram, mas a luta dessas mulheres segue.

As violações que as mulheres de Apouh à Ngog enfrentam diariamente estão longe de ser uma exceção. Muitas mulheres situações semelhantes em outros países e também para defender os seus direitos e denunciar o Grupo Socfin e as violações ligadas às operações de plantação da empresa. (8) É o caso das mulheres de Malen, no sul de Serra Leoa. Desde que chegou à região em 2011, a Socfin arrendou terras em larga escala por meio de um processo violento que impactou aproximadamente 52 comunidades e mais de 32.000 pessoas que viv na área. Onde antes viviam comunidades, hoje existem mais de 12.000 hectares de plantações de dendê. (9)

Hannan Deen, presidente da Associação de Proprietários e Usuários de Terras de Malen (MALOA), relembra uma época de dignidade e autossuficiência, quando viviam em paz e tinham comida suficiente proveniente de suas fazendas. Mas desde que a terra foi tomada pela Socfin, a vida, especialmente para as mulheres, tornou-se muito difícil. "Em certo momento, até consideramos mudar de local porque temíamos por nossa segurança, mas em vez de ir embora, decidimos ficar e nos organizar. Foi assim que formamos a MALOA para defender os nossos direitos", explica Hannan Deen num documentário produzido em parceria com a organização Rede de Mulheres Contra a Injustiça nas Plantações Rurais. (10) Nesse mesmo vídeo, Aminata Faba, uma líder comunitária, explica que uma das principais atividades da MALOA é alertar sobre as Leis dos Direitos à Terra, uma legislação adotada pelo governo da Serra Leoa em 2022 que fortalece os direitos da comunidade à terra. Aminata lembra da recusa do chefe de sua aldeia em vender as terras da comunidade. "Não há terras à venda!", teria dito ele e, por conta disso, foi preso e acusado de traição. Como as mulheres explicam no documentário, isso acontece com muitos proprietários de terras que se recusam a vender ou alugar suas terras para as corporações

multinacionais: eles são coagidos, às vezes por meio de força física, a ceder suas terras para as plantações de dendê da empresa.

Enfrentar os interesses de uma multinacional como a Socfin pode ser intimidante, especialmente quando se é mulher. O documentário inclui relatos de várias mulheres de Malen que estão defendendo os direitos de suas comunidades e de mulheres que sofreram assédio e abuso enquanto trabalhavam para a Socfin. A resposta da empresa sempre foi a mesma: negar qualquer irregularidade, perseguir e criminalizar indivíduos.

Aminata Sowa, ex-chefe da cidade de Sinjo Malen, fala sobre momentos de tensão após levantar a voz contra as injustiças perpetradas por Socfin e sobre ter que superar o medo: "Fui suspensa [do meu cargo] simplesmente por defender a justiça e os direitos das nossas mulheres. E ela continua: "Descobri que aqueles que se opõem à empresa foram colocados na lista de pessoas sujeitas a açoitamento público Temendo por minha segurança, fugi de Malen. Deixei meus filhos para trás; essa separação causou muito sofrimento à minha família".

Gadi Rut Maguna teve uma experiência semelhante. Ela era a Secretária de Recursos Humanos e Presidente da Comissão de Igualdade de Gênero que respo: "Sim, eu trabalho para a Socfin, mas estou lado dos trabalhadores porque sou uma deles. (...) Se eu falhar em defender os direitos deles, isso afetará a todos nós agora e no futuro". Gadi Maguna relata que as mulheres trabalhavam exaustivamente sem ter quaisquer direitos garantidos. "Como presidente da Comissão de Igualdade de Gênero, eu também tinha um dever com as diversas mulheres afetadas. Mantive minha posição, exigi justiça para as trabalhadoras", explica ela no documentário. Ela foi demitida e, após entrar com uma ação judicial contra a Socfin exigindo seus direitos trabalhistas, foi processada pela empresa. Ela chegou a ser presa e teve sua libertação condicionada à retirada das acusações, mas recusou e permaneceu firme em sua busca por justiça. Após oito dias detida, uma massiva intervenção das mulheres da região em apoio a ela fez com que fosse libertada. Mas o processo da Socfin contra Gadi se arrasta há 5 anos.

Em Malen, assim como em Apouh à Ngog, a principal luta das mulheres é pela terra. Jenebra Samai, uma moradora local que foi espancada por defender interesses contrários aos da Socfin, relata: "Desde que nossas terras foram tomadas, a vida tem sido extremamente difícil. Ela nos ajuda a imaginar a gravidade do que eles vivenciam diariamente: "Imagine que algumas crianças vieram passar férias, foram colher frutos de para comer enisso, são pegadas, apanham, inclusive suas mães". Comenta explicando o motivo que leva as mulheres a s forçadas a coletar os frutos de dendê deixados no chão dentro das plantações após a colheita – uma ação que a empresa e as autoridades estatais declararam ilegal e que está causando violência e abusos nas plantações da Socfin na África Ocidental e Central. "Porque se você não comer durante dias, o que vai esperar?", explica ela. O documentário apresenta histórias de várias pessoas que foram presas e agredidas por colherem dendê em áreas que a Socfin alega pertencerem à empresa. Jenebra descreve o que muitos cujas terras foram tomadas pelos Socfin vivenciam: "Em Malen, é insuportável". "Não temos mata, não temos meios de sobrevivência e não temos para onde ir", explica.

O Grupo Socfin tem trabalhado para se distanciar dessas alegações. Para esse fim, a empresa chegou a contratar a Earthworm, uma ONG especializada em limpar a imagem de empresas envolvidas em violações de direitos tão graves quanto as da Socfin. Os relatórios da Earthworm listam e reconhecem alguns dos conflitos relatados, sem fazer nada de concreto para resolvê-los.

(11) A estratégia da Socfin ao contratar a Earthworm parece ter sido, acima de tudo, ganhar tempo, a impressão de que algo está sendo feito e, ao aparentar tomar medidas para resolver os conflitos de longa data com as comunidades, evitar, ou pelo menos atrasar, a ação dos acionistas, como a decisão do fundo de pensão estatal norueguês de vender sua participação na empresa Bolloré devido aos conflitos contínuos com as comunidades.

Na Libéria a multinacional também tem causado conflitos de longa data com as comunidades em relação à terra. A Earthworm também preparou um relatório sobre os conflitos entre as subsidiárias da Socfin no país, Salala Rubber Corporation (SRC) e Liberia Agriculture Company (LAC), e as comunidades por conta das plantações da SRC e da LAC. "Os relatórios descrevem um progresso que simplesmente não existe", disse um líder comunitário sobre os relatórios do projeto Earthworm para os anos de 2024-2025. "O que vivenciamos diariamente é abuso, negligência e intimidação." (12).

"Durante muito tempo, o Grupo Bolloré alegou não ser responsável pelos abusos que enfrentamos nas proximidades das plantações da Socfin e, como resultado, os abusos continuaram. Isso não pode continuar", exige a AFRISE em comunicado coletivo à imprensa, em reação à decisão do fundo de pensões estatal norueguês de vender suas ações do Grupo Bolloré. A referência feita ao grupo francês Bolloré, vale também para o acionista majoritário da Socfin, a família belga Hubert Fabri – juntos, eles detêm 93 por cento das ações da multinacional.

Referindo-se à luta das mulheres de Malen e fazendo eco a muitas outras que lutam pelos seus direitos violados pela Socfin, Aminata Sowa afirma: "Agora entendemos: a terra é vida. Estamos sendo punidos por defender essa verdade. As mulheres continuarão a lutar pelos seus direitos e pelos seus territórios, apelando aos investidores e financiadores internacionais da empresa para que políticas corporativas com vida e porem de financiar e lucrar com empresas que violam os direitos das comunidades, os direitos das mulheres aos seus corpos e o seu direito à terra.

## Secretariado Internacional da WRM

### Referências:

- (1) O Grupo Socfin está presente, através de várias subsidiárias, nos seguintes países africanos: Camarões, Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Serra Leoa, Libéria, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe. E nos seguintes países asiáticos: Camboja e Indonésia. Para mais informações [socfin.com/en/](http://socfin.com/en/)
- (2) Farmland Grab, 2026. [Norwegian pension fund dumps Bolloré for human rights violations at plantations](#)
- (3) WRM, 2024. [Camarões: A resistência contra as operações de replantio da SOCAPALM é fértil!](#)
- (4) WRM, 2023. [Apoie as mulheres de Camarões que resistem às plantações de dendezeiros!](#)
- (5) WRM, 2023. [Camarões: Testemunhos de mulheres que reivindicam as suas terras](#)
- (6) Farmland Grab, 2023. [Letter from the women neighbouring Socapalm Edéa to President Paul Biya](#)
- (7) WRM, 2025. [Comunidades se levantam contra a apropriação de terras e a violência do Estado](#)
- (8) WRM, 2020. [Violência e abuso sexual contra mulheres em plantações industriais de dendê;](#) e [Bloomberg, 2025. The Rubber Barons ;](#) e [La responsabilité des multinationals, 2025. Exploitation sexuelle, expulsions et pollution autour des plantations de Socfin](#)
- (9) Fian, 2019. [Land Grabbing for Palm Oil in Sierra Leone - Analysis of the SOCFIN Case from a Human Rights Perspective](#)
- (10) Women's Network Against Rural Plantations Injustice and Spaceman Media Consortium, 2026. Assista

## Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

ao vídeo [aqui](#)

(11) WRM, 2025. ONGS a serviço da pilhagem de territórios: o caso da Fundação Earthworm

## **Da mineração de níquel ao comércio de carbono: ameaças crescentes e lutas de resistência de comunidades de mangue na Indonésia**

**Comunidades que vivem em manguezais na Indonésia enfrentam muitas ameaças, como a imposição da mineração de níquel e projetos de carbono. De diferentes maneiras, esses projetos têm impactos nocivos em suas vidas. Enquanto isso, as comunidades continuam resistindo e restaurando os manguezais por conta própria, com as mulheres na linha de frente.**

Criado em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável se baseia na ideia de que o desenvolvimento poderia atender às necessidades humanas sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas. No entanto, os últimos 40 anos revelaram o caráter antropocêntrico e capitalista do 'desenvolvimento sustentável'. Além disso, o capitalismo e sua constante necessidade de expansão têm levado a muito mais destruição. Tem sido o caso da Indonésia, com uma economia baseada no modelo extrativista, comprometendo o futuro de muitas comunidades locais.

Nos últimos anos, o extrativismo avançou especialmente em direção às regiões costeiras, aos oceanos e às pequenas ilhas do arquipélago. As principais ameaças a essas áreas vulneráveis incluem a mineração de níquel, terras raras, areias ferríferas e estanho, a construção de fundições para processamento de minerais e metais e de novos portos voltados à exportação, a expansão da indústria de energia com usinas termelétricas (a gás e a vapor), hidrelétricas e geotérmicas. Incluem também a construção de mais infraestrutura, como rodovias com pedágio, a criação de "novas terras" ou a apropriação de ilhas por meio de planos de reklamasi, ou seja, a apropriação de espaço para interesses e benefícios privados e públicos, como o turismo empresarial, a construção de um gigantesco muro de contenção ao longo da costa norte de Java, e a indústria da aquicultura para criação de peixes e camarões em grande escala. Muitos desses projetos, se não todos, são chamados de 'desenvolvimento sustentável' e 'econômico', e alguns, mais recentemente, propagados como contribuições à energia limpa, como a mineração de níquel para baterias de veículos elétricos.

Esses empreendimentos reduziram significativamente a área de manguezais na Indonésia, sacrificando os meios de subsistência das comunidades pesqueiras tradicionais. Essas comunidades enfrentam ainda outra ameaça: o atual estímulo a projetos de carbono em manguezais, supostamente para restaurar áreas já perdidas ou gravemente degradadas.

### **Manguezais na Indonésia**

Em 2020, segundo a plataforma Global Mangrove Watch (GMW), a Indonésia possuía 3.092.376 hectares de mangue, o que representa 21 por cento da área total de manguezais no mundo. O Sudeste Asiático é a região com a maior área (33,6 por cento) em nível global, seguido por África Ocidental e Central (15,5 por cento), América do Norte e Central, e Caribe (14,4 por cento) e América do Sul (13,2 por cento).

De muitas maneiras, a vida e os meios de subsistência das comunidades costeiras na Indonésia estão intrinsecamente ligados aos manguezais, que lhes garantem alimentos, medicamentos, materiais de construção e outros benefícios. Isso se aplica especialmente às mulheres, cujo fardo aumenta de forma desproporcional quando os manguezais são destruídos. Por essa razão, elas costumam estar na linha de frente tanto das lutas de resistência contra a apropriação de áreas costeiras quanto dos esforços para restaurar os manguezais. (1)

Os manguezais cumprem um papel muito importante na proteção das áreas costeiras contra os efeitos das mudanças climáticas. Um exemplo é o tsunami que atingiu o Sudeste Asiático em 2004. Em Simeulue, província indonésia de Aceh, e no sul da Tailândia, os moradores foram poupados graças à presença de mangues, que se revelaram uma eficaz barreira natural para reduzir as ondas do tsunami. (2) O papel dos manguezais na proteção das comunidades pesqueiras também ficou evidente em setembro de 2018, quando um tsunami atingiu a Baía de Palu, na província de Sulawesi Central. (3)

No entanto, os manguezais ainda não são totalmente reconhecidos, e muito menos os direitos das comunidades que vivem junto a eles. Embora o Mapa Nacional de Manguezais da Indonésia indique sua presença em todas as 38 províncias, apenas 12 dos 28 governos provinciais que adotaram regulamentações sobre o zoneamento de áreas costeiras reconhecem a existência de mangues, totalizando 60.670 hectares. Enquanto isso, as 16 províncias restantes sequer os mencionam, colocando-os ainda mais em risco. (4)

### **As ameaças das indústrias extrativas: mineração de níquel**

Na Indonésia, a destruição de manguezais se deve principalmente à expansão da aquicultura e da agricultura em grande escala, como o cultivo industrial de dendê, (5) ao desenvolvimento de infraestruturas e à mineração e à extração de minerais e metais, tudo com o apoio integral do governo. Destaca-se o crescimento extremamente rápido da mineração de níquel nos últimos anos.

As indústrias extrativas têm um longo histórico de degradação e destruição de manguezais. Um exemplo é a extração de petróleo em alto-mar na Indonésia. Durante o derramamento na Baía de Balikpapan, em 2018, em Kalimantan Ocidental, o petróleo, carregado pelo ir e vir das marés, acumulou-se nas raízes dos manguezais, causando a morte de inúmeras árvores. Essas raízes são extremamente sensíveis a depósitos de petróleo, e a recuperação das áreas contaminadas é uma tarefa praticamente impossível para as comunidades locais.

Atualmente, a mineração de níquel, concentrada no leste da Indonésia, passou a ser uma ameaça para as comunidades pesqueiras. Em poucos anos, o país se tornou o maior produtor mundial de níquel. Enquanto sua contribuição para a produção global era de 30,72 por cento em 2020, em 2024, essa participação já ultrapassou a metade: 62,26 por cento. (6) Os impactos devastadores, como o desmatamento de manguezais e a contaminação da água com materiais tóxicos, não se limitam apenas às atividades de mineração, e são ainda mais graves devido ao desenvolvimento de infraestruturas e instalações relacionadas, como a construção de fundições para processamento e refino de minério bruto, que geram impactos semelhantes. (7)

O próprio governo está impulsionando ainda mais a destruição em grande escala devido à sua chamada política de “hilirisasi”, que visa estimular o beneficiamento nacional de matérias-primas

extraídas no país – por exemplo, a construção de fundições no caso da mineração de níquel – com o argumento de que agregaria valor internamente. (8)

### **A ameaça dos projetos de carbono em manguezais**

O fato de a Indonésia abrigar 21 por cento da área total de manguezais do mundo confere ao seu governo uma responsabilidade especial de liderar a luta por sua conservação e também pela restauração do que foi destruído como resultado direto de suas próprias políticas. Porém, como mencionado anteriormente, a tendência atual é a continuidade e a intensificação da apropriação de terras e oceanos em grandes quantidades, em benefício de interesses empresariais.

Apesar disso, nos últimos anos, atores públicos e privados têm pressionado cada vez mais pela conservação de manguezais, principalmente em Sumatra, Kalimantan e Sulawesi. Esses atores alegam que seus projetos e programas de “carbono de mangue” ajudarão a restaurar manguezais destruídos e degradados. Porém, em vez de uma preocupação genuína com isso e com as comunidades que dependem dos manguezais, o que parece motivar esses atores é a oportunidade de comercializar carbono com base em áreas de mangue. Na verdade, seus documentos e suas declarações enfatizam a extraordinária capacidade dos manguezais para armazenar carbono, que, segundo estudos, é várias vezes maior do que a das florestas terrestres.

Essa tendência crescente no sentido de iniciativas de carbono em florestas de mangue ignora o completo fracasso de quase 20 anos de experiência em mitigação das mudanças climáticas com a compensação de carbono florestal por meio dos chamados programas e projetos de REDD. (9) As empresas que compram créditos de carbono de projetos de REDD continuam queimando combustíveis fósseis e acelerando ainda mais as mudanças climáticas. Além disso, os projetos de REDD nunca enfrentaram as causas estruturais do desmatamento e têm sido marcados por escândalos relacionados a fraudes nos cálculos e superestimação dos chamados benefícios do carbono.

No entanto, os projetos de carbono florestal não fracassaram para todos. Eles são uma maneira barata para que empresas poluidoras possam alegar ser “neutras em carbono”, e grandes ONGs, governos, consultorias e empresas estão lucrando com esse negócio. Por exemplo, o Banco Mundial aprovou um empréstimo de 419 milhões de dólares para o governo indonésio em 2022, com o objetivo de apoiar seu plano de restaurar 600 mil hectares de manguezais no país, com foco em quatro províncias: Riau, Sumatra do Norte, Kalimantan Oriental e Kalimantan do Norte. (10) Grande parte dos documentos do projeto é dedicada a cálculos de carbono. O próprio Ministério do Meio Ambiente da Indonésia afirma que a reabilitação de manguezais é uma oportunidade para iniciativas de compensação e comercialização de carbono. (11)

Em Kalimantan Oriental, o programa do Banco Mundial pretende restaurar 15 mil hectares de mangue. Em 2025, o WRM conversou com um piscicultor (12) do distrito de Kutai Kartanegara, que trabalhava no projeto. Em 2023, ele e outros moradores aceitaram participar, na esperança de melhoras na produção de peixes, que estava em declínio. A principal atividade foi o plantio de um único tipo de árvore – a rizófora – para criar um sistema de silvopiscicultura nos viveiros de peixes. Ele recebeu apoio financeiro para plantar e manter as árvores durante três anos.

O piscicultor fez observações críticas sobre o projeto do Banco Mundial. Em primeiro lugar, reclamou que se tratava de um projeto imposto de cima para baixo – por exemplo, os moradores

locais não foram consultados sobre as atividades. Ele afirma ter proposto outro método para restaurar o mangue, baseado em sua preocupação com a necessidade de lhe restituir a função de barreira natural à contaminação da água por indústrias extrativas, principalmente a extração de petróleo e carvão transportados pelo rio e pelo mar próximos. Ele também plantaria mais tipos de árvores, não apenas uma, e mencionou que muitas morreram devido a uma doença.

A morte de árvores plantadas também parece ser o que aconteceu em um dos primeiros projetos privados voluntários de carbono em manguezais na Indonésia: o Livelihoods Fund Project, localizado na costa leste das províncias de Aceh e Sumatra do Norte. Esse projeto afirma ter reconstruído uma barreira natural de mangue de 5 mil hectares, com a plantação de 18 milhões de mudas entre 2011 e 2014. (13) O que chama a atenção na propaganda do projeto, elaborado pela Fundação Yagasu, além de slogans como “20 mil pessoas impactadas”, é a provável superestimação dos créditos de carbono gerados. Uma comparação entre imagens de satélite de 2009 e 2024 de mais de 450 “lotes de plantio” mostrou que menos de 30 por cento da área do projeto tinham manguezais em 2024. (14)

Enquanto enfrentam os impactos da extração de petróleo fóssil e a atual onda de projetos de carbono em manguezais, as comunidades costeiras indonésias também estão entre as que mais sofrem com as mudanças climáticas. Exemplos disso são a redução dos períodos de pesca e a crescente tendência a desastres naturais. (15) E os projetos de carbono nos manguezais pouco contribuem para a mitigação das mudanças climáticas, visto que as empresas que os apoiam usam o argumento para se tornar “neutras em carbono”, enquanto continuam queimando petróleo fóssil e emitindo mais dióxido de carbono na atmosfera. A disparidade entre essas falsas afirmações sobre a capacidade das árvores plantadas para mitigar a crise climática e a realidade se torna ainda pior quando as árvores plantadas para armazenar carbono morrem. (16)

### **A experiência da comunidade de Tiwoho: cultivar manguezais sem plantar**

A vila de Tiwoho está localizada no Parque Nacional Marinho de Bunaken, na província de Sulawesi do Norte. O manguezal dessa área foi destruído em 1991 para a criação de viveiros comerciais de camarão. A Agência de Recuperação de Terras (BRLKT), um órgão do Ministério das Florestas na época, facilitou o desmatamento de cerca de 20 hectares de mangue, apesar de supostamente ser uma área de conservação devido ao seu alto nível de biodiversidade. (17)

Mas a empresa operou a instalação de aquicultura por apenas seis meses antes de falir. Depois disso, abandonou a infraestrutura da fazenda de camarão, deixando uma paisagem aquática degradada atrás de diques que interrompiam a conexão natural entre a terra e o mar, impedindo que as marés renovem a água.

Entre 1995 e 2004, o Ministério das Florestas tentou reflorestar a área de 20 hectares dos viveiros abandonados. A abordagem adotada foi um exemplo clássico de silvicultura convencional, com seis a sete plantios diferentes durante um período de nove anos. A causa principal do fracasso foi negligenciar a importância dessa renovação da água pelas marés e não fazer qualquer esforço para solucionar o problema, seja rompendo os diques ou reparando o sistema de drenagem obstruído.

Em outubro de 2003, ocorreu uma virada, quando os moradores se reuniram nos planos de lama do ecossistema que ficou depois da fazenda de camarão. (18) Primeiro, destruíram os diques que

bloqueavam a circulação da água do mar na área. Como resultado, as ondas do oceano passaram a banhar periodicamente a terra, trazendo sementes e mudas de mangue, nutrientes dissolvidos e material sedimentar em suspensão, essencial para o acúmulo de terra. Em segundo lugar, reabilitaram os canais de drenagem construídos anteriormente para drenar o viveiro, a fim de restaurar o tempo natural de retenção de água na área e evitar que o ecossistema sofresse secas extremas durante o ciclo de maré baixa (maré de quadratura).

Em seguida, foi escavada uma rede de pequenos canais sinuosos que simulam um estuário natural e distribuem o fluxo de água para a zona terrestre. Depois disso, o próprio viveiro foi reabastecido com água para facilitar a colonização do manguezal, evitando que as mudas afundassem abaixo de um certo nível de água na maré alta. (19) Além disso, os moradores da comunidade concordaram em replantar periodicamente os propágulos de mangue costeiros que coletam espalhados pelo solo do manguezal.

Como resultado, centenas de famílias da vila de Tiwoho agora podem coletar produtos de pescarias rasas, como caranguejos, e obter materiais para medicamentos fitoterápicos. Elas também transformaram a área de mangue recuperada em um centro de ecoturismo (KGK).

### **A experiência da comunidade Kinamang: restaurando a soberania por meio da restauração de recifes de coral e manguezais**

Para os pescadores da vila de Kinamang, em Manado, em Sulawesi do Norte, o plantio de manguezais é muito mais do que uma questão de conservação; é seu meio de sobrevivência. Diante do avanço do desenvolvimento que gradualmente tomou e destruiu os recifes de coral e suas áreas de pesca, a comunidade resistiu, restaurando seu espaço vital.

Sua experiência de restauração comunitária começou em 2019, quando o governo planejou construir infraestrutura de proteção costeira para “quebrar” as ondas fortes antes que atingissem a costa. Mas a comunidade protestou porque a infraestrutura ameaçava deslocar seus ancoradouros, e os moradores pressionaram o governo para que ela fosse feita mais para dentro do mar.

A estratégia deles funcionou, e o governo construiu o quebra-mar mais afastado, criando uma área de águas “calmas” entre ele e a costa. Além de garantir uma zona segura para ancorar seus barcos, a comunidade, por meio do fórum dos pescadores costeiros de Kinamang, discutiu e organizou uma estratégia dupla. (20) Primeiro, eles “lidaram com o mar”, restaurando recifes de coral e criando uma “linha de frente”, tendo percebido que o coral é o “lar” dos peixes, a espinha dorsal de sua economia. Com a restauração dos recifes, as espécies de peixes, muitas das quais haviam desaparecido, voltaram para casa, e as pessoas também perceberam que estavam indiretamente recuperando suas áreas de pesca tradicionais. Em segundo lugar, a comunidade de Kinamang “lidou com a orla marítima”, a área logo atrás dos recifes de coral. Eles restauraram o manguezal plantando espécies com raízes profundas como proteção contra a erosão.

Embora as estruturas dos recifes tenham sido destruídas por tempestades e as ondas do mar tenham levado as jovens mudas de mangue mais de uma vez, o povo de Kinamang não tinha a opção de desistir, de forma que inventou e construiu mais estruturas de proteção visando dar tempo para que manguezais e corais crescessem e criassem raízes no fundo do mar. Após seis anos, os esforços finalmente deram resultado. Os manguezais, inicialmente frágeis,

transformaram-se em um cinturão verde exuberante e robusto. As raízes entrelaçadas asseguravam e reforçavam a soberania de Kinamang contra as ameaças de erosão e invasão. E, sob o mar, os recifes de coral prosperam, entrelaçando-se novamente em um espaço antes destruído, mas que agora convida diversas espécies marinhas a voltar para casa.

## **Ilha Pari: mulheres na linha da frente da luta por justiça climática e conservação dos manguezais**

Os habitantes da Ilha Pari, ao norte de Jacarta, capital da Indonésia, estão entre os quatro milhões de pessoas que enfrentam cada vez mais inundações no país, principalmente devido à subida do nível do mar resultante das mudanças climáticas. É por isso que, em 2022, quatro deles entraram com uma ação judicial contra uma das maiores emissoras de dióxido de carbono do mundo e, conseqüentemente, uma das principais responsáveis pelo aumento das inundações que a comunidade enfrenta: a fabricante de cimento Holcim, com sede na Suíça. (21) Em dezembro de 2025, em uma decisão inédita, um tribunal suíço declarou a ação admissível, abrindo caminho para uma avaliação do mérito. (22)

Além das inundações, os moradores de Pari têm enfrentado muitas outras ameaças ao longo dos anos, incluindo a extração de areia e projetos de “reklamasi”, ou desenvolvimento de áreas, que afetam gravemente a ilha e seus manguezais. O último desses projetos ocorreu em 2015, quando a maior parte da ilha foi privatizada para o turismo por uma empresa chamada PT Bumi Pari Asri, subsidiária do grupo Bumi Raya Utama. Como resultado, a comunidade tem enfrentado violência, criminalização e prisões.

O que chama a atenção em Pari e em muitas comunidades da Indonésia é que as mulheres têm estado na linha de frente. Parte dessa resistência consiste no replantio de manguezais e algas marinhas de acordo com suas práticas tradicionais de conservação, transformando a área em um novo local de “ecoturismo” na ilha, chamado de “Pantai Rengge”, em homenagem à sua amiga Rengge. (23) Todas as sextas-feiras à tarde, as mulheres da Ilha Pari se reúnem para cultivar hortaliças, limpar a praia e plantar novas mudas de mangue. A renda proveniente da colheita de hortaliças e das atividades de ecoturismo é distribuída igualmente entre todas as integrantes do grupo Mulheres da Ilha Pari. Uma delas expressou o que desejam da seguinte forma: “Nós, pescadoras, não esperamos nada sofisticado nem de marca. Nós queremos apenas viver aqui como moradoras do litoral, como habitantes da ilha, em harmonia com o mar e todo o ecossistema”. (24)

## **Secretariado Nacional da Coalizão Popular pela Justiça na Pesca (KIARA) e Secretariado Internacional do WRM**

### **Referências:**

- (1) WRM, 2022. [Lutando para não submergir: o povo da Ilha Pari, na Indonésia, contra a injustiça](#)
- (2) Djamaluddin Rignolda, 2018. [Mangrove: Biologi, Ekologi, Rehabilitasi, dan Konservasi. Manado: Unsrat Press. Pg. 160.](#)
- (3) Arif Ahmad, 2018. [Mangrove Efektif Redam Tsunami di Teluk Palu. Kompas.id.](#)
- (4) Ridwanuddin Parid, Saragih Fikerman, 2023. Negara Melayani Siapa? Potret Ocean Grabbing di Pesisir, Laut, dan Pulau Kecil Dalam 28 RZWP3K di Indonesia, p. 17.
- (5) Cahyaningsih A. P., Deanova A. K., Pristiawati C. M., Ulumuddin Y. I., Kusumaningrum L., Setyawan A. D., 2022. Review: Causes and impacts of anthropogenic activities on mangrove deforestation and

degradation in Indonesia. [International Journal of Bonoworo Wetlands, Vol. 12 No. 1.](#)

(6) [National Minerals Information Center, Nickel Statistics and Information.](#)

(7) Kementerian Energi dan Sumber Daya Mineral, 2021. [Rencana Strategis Direktorat Jenderal Mineral dan Batubara Tahun 2020-2024. Hlm. 6.](#)

(8) Ibid, pg. 23

(9) WRM, 2022. REDD significa Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal. Uma avaliação de 15 anos de REDD pode ser encontrada nesta publicação: [15 anos de REDD: Um esquema corrompido em sua essência](#)

(10) World Bank Group. [Critical role of mangroves for livelihoods, resilience, and climate](#)

(11) TV Brics, 2025. [Indonesia to restore peatlands and mangroves for major economic potential](#)

(12) Seu nome não é mencionado por razões de segurança.

(13) Livelihoods. [INDONESIA: mangroves revitalizing coastal villages with fishery & new businesses](#)

(14) Essa análise foi feita pelo WRM.

(15) WRM, 2019. [Indonésia: o destino das vilas de pescadores na crise climática e o fracasso do “Carbono Azul”](#)

(16) Também desenvolvendo projetos de carbono em manguezais no Senegal e na Índia, as seguintes empresas os usaram para alegar “neutralidade de carbono”: a companhia de agronegócio Danone; a multinacional Francesa Schneider Electric; o grupo financeiro francês Credit Agricole; a fabricante francesa de produtos de luxo Hermès International; o grupo francês de turismo Voyageurs du Monde; a empresa francesa de serviços postais La Poste Group; a fabricante de pneus Michelin; a empresa de fragrâncias e aromas Firmenich; a instituição financeira pública francesa Caisse des dépôts et consignations e a empresa alemã de software e tecnologia SAP. WRM, 2019. [Indonésia: o destino das vilas de pescadores na crise climática e o fracasso do “Carbono Azul”](#)

(17) [The dynamics of mangrove forests in relation to die-back and human use in Bunaken National Park, North Sulawesi, Indonesia – UQ eSpace – The University of Queensland,](#)

(18) Foi nesse momento que se alterou a metodologia. O conhecimento da comunidade sobre manguezais e gestão costeira, baseado em saberes locais, foi combinado com o conhecimento de cientistas comprometidos com a comunidade, usando os princípios da Reabilitação Ecológica de Manguezais (REM), incluindo a Universidade Sam Ratulangi (UNSRAT), organizações não governamentais como a Fundação Kelola, o Mangrove Action Project (MAP) – Indonésia e a Blue Forests, além de ecologistas como Ben Brown e Rignolda Djamaluddin, e o especialista em restauração R. R. Lewis.

(19) Blue Restoration – [Building Confidence and Overcoming Barriers Frontiers.](#)

(20) A comunidade recebeu apoio da fundação KELOLA e de outras entidades, com destaque para a contribuição de Rignolda Djamaluddin, defendendo veementemente que o mar não é algo separado das pessoas, e sim parte do seu “lar”, do seu “quintal”, e que restaurar a natureza é sinônimo de defender a soberania popular.

(21) [Lutando para não submergir: o povo da Ilha Pari, na Indonésia, contra a injustiça](#)

(22) [Swiss court accepts climate lawsuit against Holcim](#)

(23) Que as incentivou e apoiou para que dessem início à experiência.

(24) [Land Right Now. Save Pulau Pari!](#)

## **Índia: o dendê está individualizando o uso da terra coletiva em Manipur**

**Os impactos negativos das monoculturas de dendê promovidas por uma política nacional já chegaram em aldeias no estado de Manipur. A turbulência gerada nas aldeias onde estão as plantações indica um afastamento da governança da terra e das relações tradicionais, rumo a um modo voltado a atender a um sistema econômico empresarial.**

A introdução do dendê em novas áreas provoca mudanças no uso da terra que causam perturbações de longo prazo. O que muda não é apenas a saúde da terra, o que cresce nela, sua diversidade etc., mas também a propriedade e o controle. Este artigo explorará essa realidade no estado de Manipur, no nordeste da Índia, onde o dendê foi introduzido como parte do esforço do país para ter seu próprio cultivo e reduzir a dependência em relação ao que é importado da Indonésia e da Malásia.

Essa realidade já havia sido descrita em um artigo anterior do boletim do WRM intitulado “Plantações de dendezeiros em sistema de agricultura integrada e uma nova Emenda à Lei Florestal ameaçam as florestas do Nordeste da Índia”. (1) Escrito três anos após o estado de Manipur lançar o projeto Missão do Dendê em Manipur (OPMM, na sigla em inglês) em 2020, o texto contextualiza de forma clara essa proposta, “que visa converter mais de 66.500 hectares em plantações de dendê. Considerando que quase 70 por cento do território de Manipur ainda é coberto por florestas, essa é uma grande ameaça aos sistemas dos povos indígenas”.

Como explica o artigo, o que está acontecendo em Manipur faz parte de uma iniciativa política nacional: “A Índia importa mais óleo de dendê do que exporta, principalmente da Malásia e da Indonésia – cerca de 9 milhões de toneladas por ano. No entanto, em agosto de 2021, o governo anunciou a Missão Nacional de Oleaginosas e Dendê com o objetivo de aumentar a produção nacional de óleo de dendê. A meta é ampliar as plantações para 1 milhão de hectares até 2025-26 e para 1,65 milhão de hectares até 2029-30, com foco especial no Nordeste e nas Ilhas Andaman e Nicobar”.

Este artigo se baseia em uma visita a três aldeias no estado de Manipur onde o dendê foi introduzido recentemente: Chadong, Ramrei e Saram Tangkhul.

### **A aldeia de Chadong: entre a tradição e o capitalismo**

Chadong, no distrito de Kamjong, é uma aldeia do povo Tangkhul. (2) Tem uma população total de cerca de 1.200 habitantes e, como a maioria das aldeias Tangkhul, ela está situada em uma imensa floresta. Como os limites da aldeia não são demarcados por agrimensores nem registrados no cadastro de terras do governo, as fronteiras tradicionais da comunidade são muito importantes. A área é delimitada por riachos, pedras e outros marcos naturais, que são defendidos de forma aguerrida quando a comunidade se sente ameaçada.

Quando representantes do governo contataram a comunidade com a proposta de uma plantação de dendê em Chadong, em agosto de 2025, organizou-se uma Sessão de Emergência da Assembleia da Aldeia. A resolução escrita afirma: “Esta Assembleia, após discussão aprofundada, decidiu por unanimidade não prosseguir com o projeto de plantação de dendê”.

A Assembleia da Aldeia é o principal órgão decisório em todas as questões importantes relacionadas à governança em Chadong. Os membros da Administração da Aldeia são responsáveis por questões específicas. Por exemplo, a função de um deles é cuidar da floresta enquanto outro trata de questões relacionadas à educação, e assim por diante. No entanto, a Assembleia como um todo decide coletivamente sobre essas questões específicas.

O membro da Administração da Aldeia responsável por tratar de questões florestais explica posição contrária ao projeto de plantação de dendê: como não há terras privadas em Chadong, não pode haver plantação nas terras públicas. A única terra privada da aldeia era a fértil área agrícola às margens do rio Thoubal, submersa desde 2015 quando, apesar de décadas de resistência da comunidade, foi construída a barragem de Mapithel como parte do Projeto Multipropósito de Thoubal. Todas as demais terras, montanhas, riachos, árvores etc. de Chadong são públicas, com exceção dos terrenos destinados à residência de cada família. Isso significa que não pode haver plantação privada nem qualquer outra atividade que ponha em risco a vida coletiva. A Administração decide o que cada família pode retirar da vasta floresta, e esse limite não pode ser ultrapassado.

Esse modo de vida está sempre sob pressão. A construção da Barragem de Mapithel, por exemplo, forçou o deslocamento de parte dos moradores de Chadong (3) e de aldeias vizinhas. Desde então, a área principal de Chadong está submersa e agora se encontra basicamente em dois locais separados pelo reservatório. Com pouca ou nenhuma reabilitação e reassentamento adequados e sem alternativas de renda, os produtos da montanha continuam sendo a única fonte de subsistência.

Foi nesse período, posterior à construção da barragem, que o Departamento de Agricultura do governo de Manipur, no âmbito da Missão Nacional de Óleos Comestíveis-Dendê (NMEO-OP), contatou a Administração da Aldeia em Chadong. (4) Como mencionado anteriormente, a Administração rejeitou a plantação de dendê por se tratar de terras públicas, embora também tenha sido decidido, mas não formalizado por escrito, que os moradores poderiam iniciar plantações individualmente, caso tivessem terras privadas em outros locais. Foi nesse contexto que surgiram dois indivíduos, ambos de Chadong. Eles haviam comprado terras na vizinha Ramrei.

Mesmo assim, as terras privadas ainda são regidas pelas leis da aldeia e não podem ser transferidas a pessoas de fora nem usadas de maneiras que prejudiquem os interesses da aldeia. (5)

## **A aldeia de Ramrei: o cultivo de dendê beneficia interesses individuais enquanto destrói a floresta e a vida comunitária**

Assim como Chadong, Ramrei também é uma aldeia habitada exclusivamente pelo povo Tangkhul que foi expulso pela mesma barragem de Mapithel. As terras que esses dois indivíduos de Chadong compraram em Ramrei são áreas florestais. Eles se reuniram com o representante do governo que promoveu as plantações de dendê, resultando na assinatura de um acordo, em outubro de 2025, que previa o fornecimento de viveiros um mês depois. Um dos indivíduos recebeu 180 mil rúpias (quase 2 mil dólares) para realizar o desmatamento. Também foram feitas várias promessas, como verbas para a escavação de quatro açudes, sistemas de bombeamento, e o pagamento, pelo governo, de 10 mil rúpias (cerca de 110 dólares) por hectare após o plantio, além de 12 mil rúpias (cerca de 132 dólares) por hectare para supervisão da área durante quatro anos. A expectativa é que haja frutos no quinto ano, que serão então comprados pelo departamento do governo estadual por cerca de 25 rúpias (0,27 dólares) o quilo. Foi dito aos dois moradores que cada planta produziria entre 70 e 200 quilos de frutos. Em fevereiro de 2026, um deles havia plantado 950 das 1.300 mudas fornecidas, e o outro, 500. Ambas as plantações estão em uma colina, e um dos moradores afirmou ter plantado pelo menos nove hectares até o momento.

Segundo a nossa investigação, a área destinada ao plantio em Ramrei era florestada e foi completamente desmatada, e já há dendê com cerca de um metro de altura brotando do solo na região. Acordos como esses não parecem ser exclusividade de Ramrei. Eles também foram realizados em diversas áreas florestais de Manipur, apesar de um folheto fornecido pelo Departamento de Agricultura do Governo de Manipur sobre a Missão do Dendê afirmar claramente que “os dendezeiros nunca devem ser plantados em florestas existentes ou em terras onde haja árvores de valor econômico”.

A cobertura florestal e arbórea corresponde a 77 por cento da área total do estado de Manipur, de acordo com dados oficiais. Essa área florestal total é dividida em terras florestais estaduais (como Reservas Florestais, Parques Nacionais, Florestas Protegidas, etc.) e florestas não classificadas. Cerca de 8 por cento da área florestal total são Reservas Florestais, incluindo a Rede de Áreas de Proteção da Vida Selvagem, e 24 por cento são Florestas Protegidas. Os restantes 68 por cento pertencem à categoria de Florestas Não Classificadas, (6) que estão dentro de um padrão de propriedade e controle diferente das tribos que habitam o estado. A porção de floresta de Ramrei pode estar na categoria de floresta não classificada, e seus usos serão decididos, em grande parte, pela Administração da Aldeia e/ou pelo ‘proprietário’ dessa porção de floresta.

Assim sendo, as questões que se colocam são: indivíduos do povo Tangkhul podem usar como quiserem as suas terras ‘privadas’, compradas em outra aldeia Tangkhul? Podem assinar contratos com o governo e/ou empresas, principalmente no caso do dendê, segundo os quais a terra ficará restrita à monocultura durante décadas?

Embora as plantas ainda sejam jovens e a maioria das promessas e problemas ainda não tenha se concretizado, a chegada do dendê já causou algumas mudanças. Essas terras destinadas a plantações ficarão inacessíveis a outros moradores e a outras atividades da aldeia, pois devem

servir apenas às partes envolvidas. Além de prejudicar as leis e instituições de governança da aldeia, isso também estabelece um precedente perigoso, já que abre uma porta de entrada a empresas nas áreas que são bens comuns dos Tangkhul. (7)

Uma questão preocupante levantada pelos moradores das aldeias da região é que a expansão do cultivo de dendê irá consumir a área florestal. Moradores locais informam que, em muitos distritos de Manipur, as terras destinadas ao plantio de dendê eram de floresta. Como vimos em Ramrei, paga-se por “desmatamento anterior ao plantio” em áreas florestais.

A perda de floresta não classificada não diz respeito apenas à perda de cobertura florestal, mas também a outros projetos de desenvolvimento, como a expansão de rodovias e o aumento da conversão de terras em plantações de papoula, entre outros. (8) Essa perda tem implicações mais amplas, como os impactos sobre os meios de subsistência das aldeias, o ressecamento de nascentes e a perda gradual de acesso às terras florestais, fatores que indicam a necessidade de repensar a adoção do dendê.

Além disso, com base no folheto intitulado “Programa Nacional de Óleos Comestíveis Financiado pelo Governo Central-Dendê (NMEO-OP)”, distribuído nas aldeias pelo Departamento de Agricultura do Governo de Manipur, já foi assinado um memorando de entendimento entre o governo e a Patanjali Foods Ltd., em março de 2025, para que a empresa opere nos distritos de Imphal Leste, Thoubal, Kakching, Ukhrul, Kamjong, Tengnoupal e Chandel. (9) Embora o memorando não esteja disponível ao público, as plantações de Ramrei estão vinculadas à empresa de óleo de dendê Patanjali Foods. Isso também significa que a terra onde estarão as plantações é posta indiretamente sob controle da empresa, enquanto o governo passa a ser o intermediário e o facilitador para outras empresas como ela.

A terra destinada a plantações de dendê fica restrita por até três décadas, considerando-se a vida útil de um dendezeiro. E já estão surgindo alguns impactos negativos. A escassez de água é visível na área da plantação de Ramrei. Os dois açudes escavados especificamente para irrigar os dendezeiros estão completamente secos: os responsáveis pela instalação das plantações desconheciam a necessidade de grandes quantidades de água para o crescimento e a produtividade dos dendezeiros. É alarmante que os agricultores que assumiram o dendê não tenham sido informados sobre as possíveis implicações negativas, enquanto o folheto cita apenas os benefícios financeiros e os usos do dendê como produto de comercialização rápida, sem sequer mencionar as precauções que os agricultores devem tomar.

### **A aldeia de Saram Tangkhul: as plantações de dendê se aproximam**

Saram Tangkhul é um pequeno povoado localizado no distrito de Thoubal, em Manipur (10) e, assim como Ramrei e Chadong, é um assentamento do povo Tangkhul. Tem aproximadamente 25 famílias e uma população total de cerca de 150 pessoas. Sua principal fonte de renda é a agricultura. Recentemente, os moradores têm presenciado a instalação de plantações de dendê.

Segundo um agricultor, diferentemente do que ocorreu em Chadong, a Agência para a Missão Orgânica de Manipur (MOMA), vinculada ao Departamento de Horticultura e Conservação do

Solo, implementou o projeto de plantação de dendezeiros na aldeia em 2025, sem envolvimento da Administração da Aldeia. Os indivíduos tomaram suas decisões com base em interações com o órgão do governo para viabilizar as plantações de dendê.

Embora não haja nenhum documento ou acordo escrito disponível na aldeia, entendemos que aproximadamente 81 hectares (200 acres) de terras foram propostos para o cultivo de dendê e que cerca de mil mudas foram plantadas em 2025 por proprietários particulares em suas respectivas terras. Além disso, eles mencionaram que os custos iniciais de mão de obra foram subsidiados pelo órgão governamental responsável, com garantias de financiamento e assistência até a maturidade das plantas. Também contaram que foi prometida a instalação futura de unidades de processamento. No entanto, os moradores relataram que o apoio foi interrompido no meio do processo, supostamente devido ao surgimento de conflitos e objeções.

Sabe-se que o dendezeiro consome muita água e, se as plantas atuais crescerem até a maturidade e as plantações se expandirem ainda mais, isso só poderá significar o apocalipse, não apenas para Saram Tangkhul, mas para todas as aldeias ao redor, pois já há relatos de grave escassez de água potável. O serviço privado que traz água em pequenas vans abertas cobra 250 rúpias (2,75 dólares) por 500 litros, e todas as famílias da aldeia dependem desse abastecimento.

Desde a sua introdução no estado de Manipur, em 2025, as plantações de dendê em Saram Tangkhul enfrentam oposição em duas frentes principais: dos moradores de Langmathet e do Departamento Florestal de Manipur.

Em primeiro lugar, a objeção partiu da vizinha Langmeithet, uma aldeia do povo Meitei situada no sopé de Saram Tangkhul. O conflito surgiu depois que Langmeithet se opôs ao plantio de dendê, (11) o que ficou claro no comunicado de imprensa da aldeia, divulgado em julho de 2025. A nota, no entanto, não menciona o motivo dessa oposição. É a primeira vez em Manipur que um conflito fundiário surge em decorrência do que foi plantado por uma aldeia vizinha. Se as plantações de dendê se expandirem no estado, devem ocorrer conflitos no longo prazo, relacionados a terra, água e contaminação hídrica.

A segunda objeção importante veio do Departamento Florestal do Governo de Manipur, que alegou que a aldeia e a área de plantio estão localizadas na Reserva Florestal de Gwarok. (12) Os moradores foram instruídos a interromper as atividades de plantio de dendê, e algumas cabanas agrícolas construídas nas encostas também foram desmontadas pelo departamento florestal. Se analisarmos isso em conjunto com o que está acontecendo na aldeia de Ramrei, em terras florestais privadas ou nas não classificadas, teremos indícios de que as plantações de dendê podem estar se expandindo tanto em áreas florestais estatais quanto privadas.

## Conclusão

A introdução de plantações de dendê em Manipur revela como elas podem prejudicar os sistemas coletivos de terras, causar perda de florestas, atender a interesses empresariais e corroer a governança da terra e as relações nativas. Nas aldeias de Chadong, Ramrei e Saram Tangkhul, a pressão pelo cultivo do dendê já causou desmatamento e conflitos. O que o governo e as empresas

apresentam agressivamente como um caminho para ganhos econômicos, na prática, prejudica os bens comuns e ameaça os próprios fundamentos da vida comunitária.

As experiências dessas aldeias destacam uma verdade bem conhecida: as monoculturas amarram a terra a décadas de uso extrativista, destruindo a biodiversidade e enfraquecendo as garantias tradicionais. A resistência das autoridades locais e das comunidades vizinhas ressalta a importância de proteger a governança coletiva da terra e os ecossistemas florestais. Se não for controlada, a expansão do dendê acarreta o risco não só do colapso ecológico, mas também da desintegração dos sistemas culturais e sociais nativos no longo prazo.

O que vemos nessas aldeias de Manipur não se resume ao dendê; trata-se da defesa dos bens comuns, da preservação da água, das florestas e dos meios de subsistência, além de um futuro que não seja ditado pelos interesses de empresas e estados.

### **Ram Wangkheirakpam, da Indigenous Perspectives (IP).**

A IP é uma organização não governamental sediada em Imphal, que busca compreender e fornecer perspectivas locais sobre a globalização

#### **Referências:**

- (1) WRM, 2023. Plantações de dendezeiros em sistema de agricultura integrada e uma nova Emenda à Lei Florestal ameaçam as florestas do Nordeste da Índia
- (2) Sobre Tangkhul Naga
- (3) Nei Water Talks, 2021. Tales of Two Villages: Upstream-Downstream
- (4) Home | National Mission on Edible Oils (NMEO)
- (5) A questão da terra privada ou da governança da terra em geral é tratada mais detalhadamente em “The Different Existing Patterns of Landholding System that Determine the Mode of Agrarian Change: A Case Study of Tangkhul Nagas”, de W. S. Machutmi.
- (6) Forest Department | Government of Manipur
- (7) Para outras leituras sobre a Governança Fundiária Tangkhul, veja: The Different Existing Patterns of Landholding System that Determine the Mode of Agrarian Change: A Case Study of Tangkhul Nagas
- (8) De acordo com dados do governo, a maior expansão de plantações de papoula ocorreu nessa categoria, com 20,40 km<sup>2</sup> somente em 2023-2024.
- (9) The Economic Times, 2025. Patanjali Foods partners with Manipur Government for oil palm plantation initiative. Veja, também o website da Patanjali.
- (10) É chamada de aldeia de Saram Tangkhul, pois existe outra com o mesmo nome, mas habitada por outra tribo.
- (11) Essa questão foi tratada em jornais locais
- (12) Reserva Florestal é uma categoria legal indiana de floresta protegida pelo governo, sujeita à mínima interferência humana e destinada à conservação da biodiversidade, a menos que haja permissão expressa do próprio governo.

## Investimentos atuais e expansão de monoculturas de árvores na África

**Instituições financeiras e investidores privados do Norte global estão canalizando centenas de milhões de dólares para expandir plantações industriais de árvores em toda a África. Este artigo apresenta um panorama da expansão do setor na região e examina seu crescimento, tanto em termos da área que abrange quanto dos conflitos que tem causado.**

Em 2020, o WRM denunciou e alertou sobre um relatório do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do WWF Quênia. O relatório chamava as instituições financeiras a apoiar o estabelecimento de 500 mil hectares de novas monoculturas de árvores na África subsaariana, ignorando os impactos nocivos, muitas vezes violentos, que essas plantações têm sobre as comunidades locais. (1) O relatório também recomendava a criação de novos mecanismos de financiamento visando gerar mais lucros para os investidores. Este artigo analisa em que medida essas recomendações se concretizaram desde então, descrevendo investimentos recentes em plantações industriais de árvores e a expansão dessa atividade na África.

### **Investimentos recentes e mecanismos financeiros impulsionam a expansão das monoculturas de árvores**

Nos últimos anos, instituições públicas e privadas têm investido na expansão de plantações industriais de árvores na África para aumentar seus lucros. As três iniciativas a seguir fornecem algumas informações sobre como o negócio funciona, ou seja, quem está investindo, onde, como e com qual finalidade.

#### **Africa Sustainable Forestry Fund – ASFF (operado pela Criterion African Partners)**

Em 2019, quando foi publicado o relatório BAD-WWF Quênia mencionado acima, a empresa privada Criterion Africa Partners (CAP), com sede nos Estados Unidos, autodescrevia-se como “a maior investidora privada no setor de silvicultura sustentável da África”. (2) Desde então, por meio de seu Fundo Africano de Silvicultura Sustentável (ASFF II), a CAP tem administrado 150 milhões em investimentos. Alguns deles vieram do BAD, enquanto a maior parte veio de governos do Norte Global por meio de suas instituições financeiras, como Banco Europeu de Investimento (BEI), FMO (Holanda), BIO (Bélgica), FinDev Canada (Canadá). (3)

Os dados disponíveis indicam que a CAP controla atualmente pelo menos 135 mil hectares de plantações industriais de eucalipto, pínus e teca em vários países do continente africano, como África do Sul, Tanzânia, Moçambique, Uganda, Gana, Gabão e Namíbia. (4) Mais recentemente, em 2025, a empresa anunciou uma nova rodada de captação de recursos para estabelecer um novo instrumento de investimento, o ASFF III, (5) que visa arrecadar 180 milhões de dólares, e já garantiu 30 milhões do banco de desenvolvimento holandês FMO. (6)

#### **African Forestry Impact Platform – AFIP (operada pelo grupo New Forests)**

Outra iniciativa recente e expressiva foi a criação da Plataforma Africana de Impacto Florestal (AFIP) em 2022, que conta com um investimento de 200 milhões de dólares dos governos da

Noruega, da Finlândia e do Reino Unido, por meio de suas instituições financeiras de desenvolvimento. A AFIP é gerida pela New Forests, uma das maiores gestoras privadas de terras e plantações industriais de árvores do mundo, que supervisiona mais de 8 bilhões de dólares em ativos e mais de 4 milhões de hectares em nível global. (7)

A primeira ação da AFIP foi adquirir a Green Resources, que se autoproclama “a maior empresa de desenvolvimento ‘florestal’ e beneficiamento de madeira da África Oriental”. (8) O longo histórico de violações da Green Resources contra comunidades rurais na Tanzânia, (9) em Uganda (10) e em Moçambique (11) parece ser irrelevante para os seus novos proprietários e investidores do Norte. Mais recentemente, em 2025, a AFIP adquiriu outra empresa de plantações de madeira, a Rance, expandindo suas operações para a África do Sul (12) e ampliando sua área de controle para mais de 50 mil hectares de monoculturas de eucalipto e pínus.

### **ASC Impact Forestry Fund (operado pela Nixdorf Impact Movement Management)**

Uma terceira iniciativa relevante e recente foi o lançamento do Fundo para a Silvicultura de Impacto ASC, em 2022, pela família austríaca Kirchmayer. O ASC Impact já captou mais de 40 milhões de dólares e atualmente controla mais de 60 mil hectares de monoculturas de árvores na Etiópia, na República do Congo e em Angola. (13) O objetivo é ampliá-lo para 200 milhões e expandir a área de plantio a até 150 mil hectares. (14) O ASC prometeu aos investidores um retorno anual de 20 por cento. A aposta parece arriscada, visto que o fundo já começou a gerar desconfiância entre comunidades nativas da Etiópia devido a falta de transparência e processos de consentimento pouco claros. As comunidades temem que a iniciativa leve à expropriação e à perda de seus meios de subsistência. (15)

### **O que essas propostas empresariais têm em comum?**

Nenhuma das iniciativas acima nem outras que encontramos ao escrever este artigo correspondem exatamente ao modelo de financiamento que o WWF Quênia e o BAD defenderam em 2019, mas uma comparação da arquitetura financeira das três propostas revela alguns aspectos em comum. Chama a atenção, por exemplo, o fato de as três iniciativas de investimento estarem registradas em paraísos fiscais: a ASFF, inicialmente registrada no Canadá, agora tem registro em Maurício (Ilhas Maurício); (16) a AFIP está registrada em Singapura; (17) e o ASC, na Suíça. (18) Esses três paraísos fiscais oferecem algumas das condições mais favoráveis para a prática de abuso fiscal empresarial, ou seja, a redução artificial dos lucros tributáveis de empresas para diminuir – ou até mesmo zerar – impostos. (19) Isso faz com que governos percam receitas que poderiam financiar serviços públicos, principalmente nos países onde a atividade econômica de fato ocorre.

Outro aspecto que essas três iniciativas têm em comum, e que também é compartilhado pelo WWF Quênia e pelo BAD, é sua visão sobre o plantio de árvores na África. Eles usam os seguintes argumentos: as oportunidades de mercado para produtos de madeira são imensas porque a demanda global está em ascensão (uma demanda que é impulsionada, pelo menos em parte, por um lobby empresarial permanente, como o WRM alertou em um artigo recente); (20) as vastas e baratas “terras vazias” da África são um terreno promissor para investimentos lucrativos de longo prazo; “qualquer expansão da produção doméstica seria benéfica” para a África; (21) e, por fim, a crise climática apresenta a oportunidade de multiplicar investimentos e aumentar lucros por meio de créditos de carbono e de biodiversidade. Os documentos dos projetos apresentados pelas

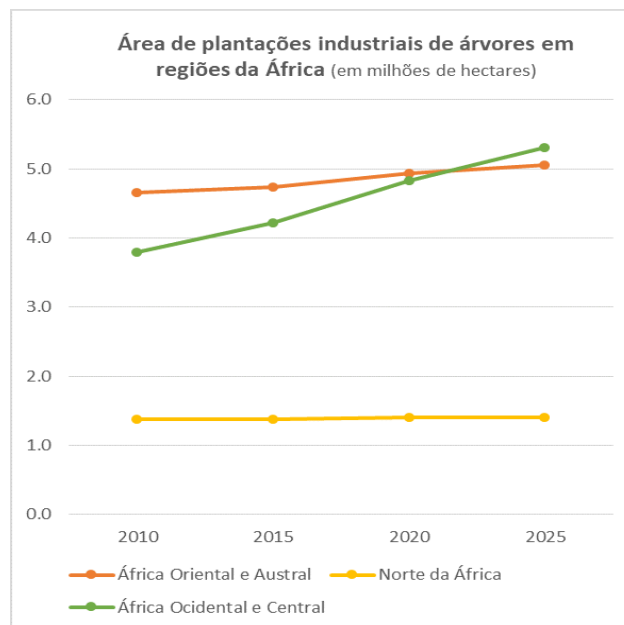
empresas envolvidas se assemelham mais a folhetos de propaganda para atrair ou justificar investimentos do que a fontes sérias de informação sobre o contexto de expansão das plantações industriais no continente. Mas essa estratégia tem conseguido mobilizar dinheiro do Norte global para investimentos nessas plantações, com os três fundos de investimento mencionados acima já tendo arrecadado quase 500 milhões de dólares.

Com quantias tão significativas de dinheiro fluindo do Norte global para a expansão das monoculturas de árvores na África, será que a área dessas plantações industriais aumentou no ritmo esperado?

### O que realmente se expandiu?

Uma das formas de descrever a expansão das plantações industriais de árvores é como costumam fazer instituições internacionais como a FAO, por exemplo: em termos de hectares. Outra forma de abordar essa expansão é citar a multiplicação dos conflitos e da violência contra as comunidades que enfrentam a invasão das monoculturas em seus territórios. Discutiremos isso mais adiante neste artigo.

**Em termos de área**, os dados da FAO indicam que, entre 2010 e 2025, as plantações comerciais de árvores cresceram quase 600 mil hectares na África, menos apenas que a expansão ocorrida na Ásia. (22) Analisando por região, o aumento ocorreu principalmente na África Subsaariana, em especial nos países das regiões Ocidental e Central, onde a área total de plantações ultrapassou a da África Austral e Oriental. Ambas as regiões ultrapassaram os 5 milhões de hectares, como mostra o gráfico, com a área total no continente em 2025 chegando a 11,8 milhões de hectares, segundo os dados da FAO.



*Fonte: Elaborado pelo WRM a partir da agregação de dados específicos de cada país, disponíveis em <https://fra-data.fao.org/>.*

Em nível nacional (ver mapa), os dados mostram que a significativa expansão das plantações industriais na África Ocidental e Central não foi impulsionada por um único país nem por alguns

países específicos; pelo contrário, parece ser um fenômeno generalizado. Enquanto isso, na África Oriental e Austral, o aumento se concentrou em Moçambique, Etiópia e Uganda.

**Mapa – Dinâmica das plantações comerciais de árvores por país entre 2020 e 2025:\***



*\*Somente os países com uma área de plantações superior a 15.000 hectares foram coloridos. Para os países cuja variação da área foi inferior a 1 por cento, considerou-se que a área permaneceu igual (amarelo).*

**Uma narrativa violenta, com consequências violentas**

Os dados da FAO indicam que a expansão de 500 mil hectares prevista pelo BAD e pelo WWF Quênia em 2019 para os países da África Subsaariana basicamente se concretizou. Embora a confiabilidade desses dados seja incerta, o que ‘é’ certo é que as terras onde as árvores foram plantadas não estavam “prontamente disponíveis”, como afirmam o WWF Quênia e o BAD. Afinal, o “mito da abundância de terras” ignora o fato de que áreas frequentemente rotuladas como “vazias” geralmente sustentam pastoreio, agricultura itinerante, coleta, práticas culturais e outros aspectos fundamentais para as comunidades rurais tradicionais. (23) Dito de outra forma, essa terra está longe de ser vazia, entre outros motivos, porque é fértil – e por isso interessa a quem investe em plantações.

Essa forma corporativa de se referir à terra na África, que, ironicamente, é o continente com a maior parcela de sua população vivendo e em áreas rurais e delas dependendo (quase 80 por cento

em vários países), reflete o mesmo espírito e as mesmas intenções das iniciativas de investimento mencionadas anteriormente neste artigo. Trata-se de uma forma de encarar um determinado território segundo a qual, se a terra ainda não está produzindo mercadorias conectadas aos mercados capitalistas, ela é considerado “prontamente disponível” para empreendimentos capitalistas. Nos cálculos não divulgados dos investidores, é possível que os conflitos que surgem com as iniciativas de plantações, assim como as próprias comunidades, sejam simplesmente omitidos ou incluídos na matriz de investimento como “riscos” ou “custos”.

## **Lutas e resistência comunitárias**

A consequência prática dessa visão é que não há como as plantações industriais se expandirem sem gerar conflitos. Não é mera coincidência que o recente crescimento da área de monoculturas de árvores na África tem sido diretamente associado a diversas lutas comunitárias nos últimos cinco anos.

Na **Tanzânia**, nos distritos de Iringa, Mufindi e Kilombero, as plantações de eucalipto e pínus, promovidas como “solução” climática e operadas pela Green Resources – agora pertencente à Plataforma Africana de Impacto Florestal (AFIP) – continuam associadas a apropriação ilegal de terras, desmatamento, destruição de pastagens, conflitos fundiários, insegurança alimentar e promessas não cumpridas. Esses impactos agravam o empobrecimento e a desintegração social das comunidades afetadas. (24)

No **Gabão**, na província de Haut-Ogooué, a empresa Sequoia alega ter obtido 60 mil hectares para estabelecer um projeto de monocultura de eucalipto com o objetivo de vender créditos de carbono. Apesar da rejeição do projeto pelas comunidades locais e da ausência de consulta prévia, livre e informada, os responsáveis pelo projeto continuam avançando com ele. (25)

Em **Serra Leoa**, no distrito de Port Loko, a empresa Carbon Done Right, que planeja estabelecer 25 mil hectares de plantações industriais de árvores para o mercado de carbono, tem violado direitos consuetudinários sobre a terra e desrespeitado o direito das pessoas ao consentimento livre, prévio e informado, de acordo com pesquisa realizada com moradores de 25 aldeias da região. (26)

Em **Moçambique**, nas províncias de Zambézia e Manica, persistem problemas como apropriação de terras, esgotamento de fontes de água, condições de trabalho precárias e promessas não cumpridas da Portucel (subsidiária da empresa europeia de celulose e papel The Navigator Company). (27) Cansadas de viver cercadas e encurraladas por eucaliptos, as comunidades se uniram para lutar contra os impactos das monoculturas. (28) As mulheres dessas comunidades tomaram a iniciativa e começaram a recuperar áreas anteriormente ocupadas por eucaliptos para cultivar alimentos.

Exemplos como os mencionados acima mostram a forma com que as plantações introduzem diferentes formas de violência, que as comunidades continuam enfrentando à medida que essas monoculturas invadem cada vez mais seus territórios. Mas esses exemplos também revelam que, em muitos lugares, as comunidades estão lutando para defender e retomar suas terras.

## **“Restauração de terras degradadas”: uma ideia enganosa usada para promover monoculturas de árvores**

Por fim, é importante destacar um argumento enganoso usado para apoiar a expansão das monoculturas de árvores, principalmente na África: a ideia de que essas plantações contribuem para a “restauração de terras degradadas”. Primeiro, não existe uma definição única de “terra degradada”. A definição varia não apenas em termos biofísicos, mas também de acordo com a percepção, os valores e os objetivos de quem fala. Para uma comunidade que construiu uma relação com a terra ao longo de gerações, usando um sistema que, em algum momento, foi rotulado por pessoas de fora como agricultura itinerante ou de pousio, não faz sentido avaliar suas terras unicamente pelos parâmetros da “agricultura moderna”. Principalmente quando “agricultura moderna” significa ser altamente dependente de insumos químicos sintéticos, maquinário pesado e sementes modificadas.

Dentro da lógica da agricultura empresarial, o único parâmetro que importa na avaliação da terra é a riqueza monetária que ela produz ou poderia produzir. Por isso, para acessar as áreas onde querem estabelecer suas monoculturas, as empresas de plantação industrial de árvores analisam a fertilidade do solo, as fontes de água e a proximidade de infraestruturas, como estradas e portos. Ao mesmo tempo, buscam influenciar políticas de uso da terra e planos governamentais. Com frequência, procuram terras classificadas como “subutilizadas”, que geralmente pertencem a comunidades. Essas terras não estão totalmente cultivadas, pois parte delas foi deixada “parada” para recuperar sua fertilidade ou talvez seja usada para caça, pesca, coleta de alimentos ou plantas medicinais e práticas culturais e espirituais. No entanto, empresas e governos tendem a considerar esses sistemas de uso da terra improdutivos e afirmam que “a silvicultura sustentável hoje significa cultivar árvores [monoculturas] em terras previamente degradadas”, como declarado reiteradamente no relatório da British International Investment. (29)

Em outras palavras, essas empresas estão interessadas principalmente em lucros, os quais exigem a maior produção possível por meio de monoculturas que, por sua vez, dependem de terras férteis. É verdade que existem terras naturalmente menos adequadas para a agricultura (por exemplo, terras que sofreram processos de salinização ou acidificação, solos com drenagem deficiente ou regiões com disponibilidade limitada de água), mas essas não são as “terras degradadas” que as empresas procuram. Na prática, a principal função do argumento sobre a restauração de terras degradadas é encobrir a apropriação de terras e o deslocamento de comunidades. Além disso, a própria ideia de restaurar solos degradados por meio de grandes monoculturas que inevitavelmente reduzem a biodiversidade e secam nascentes e riachos deveria, por si só, ser considerada uma contradição.

## **Considerações finais**

A expansão das monoculturas industriais de árvores na África subsaariana deve ser entendida como parte de uma dinâmica mais ampla de controle de terras e extração de recursos no Sul global, impulsionada por atores do Norte. Por trás do discurso da “silvicultura sustentável” e da “restauração”, instituições financeiras, bancos de desenvolvimento e investidores privados do Norte continuam canalizando grandes somas de dinheiro para projetos em países do Sul, que concentram terras, deslocam comunidades e aprofundam conflitos existentes. A atual expansão das plantações industriais de árvores na África subsaariana revela que os padrões coloniais persistem como uma característica marcante em toda a implementação dessa atividade. No entanto, em todo o continente, as comunidades continuam denunciando a apropriação de terras e

defendendo seus territórios, reafirmando que suas terras não estão “vazias” nem disponíveis para empreendimentos externos para gerar lucro.

## Secretariado internacional do WRM

### Referências:

- (1) WRM, 2020. [O Banco Africano de Desenvolvimento e a indústria de plantações de árvores.](#)
- (2) KVTC. Creating value, Conserving forests - [Kilombero Valley Teak Company: A model for responsible forestry in Sub-Saharan Africa](#)
- (3) [Africa Sustainable Forestry Fund II](#) and [Africa Forestry Fund II](#)
- (4) [Criterion Africa Partners](#)
- (5) O ASFF III segue seus predecessores, o ASFF II (2018) e o ASFF I (2010))
- (6) [FMO](#)
- (7) [New Forests](#)
- (8) [Green Sources](#)
- (9) WRM, 2021. [Comunidades na Tanzânia enfrentam problemas causados pelas plantações de árvores da Green Resources](#)
- (10) [The Oakland Institute, 2019. Evicted for Carbon Credits](#)
- (11) JÁ, 2017. [Conflitos de terra entre a Green Resources Moçambique e as comunidades locais levados a discussão na Noruega e na Suécia](#)
- (12) New Forests, 2025. [New Forests expands portfolio in Africa by acquiring Rance Timber](#)
- (13) [SECA. ASC Impact Profile](#)
- (14) [ASC Impact](#)
- (15) Farm Land Grab, 2026. [Confusion and alarm over ASC Impact’s carbon plantations in Gambella, Ethiopia](#)
- (16) BII, [Africa Forestry Fund II](#)
- (17) BBII, [Africa Forestry Fund II](#)
- (18) SECA, 2025. [Year Book 2025](#)
- (19) Tax Justice Network, 2025. [The world’s Biggest enablers of corporate tax abuse](#)
- (20) WRM, 2025. [Quem precisa de mais papel e celulose?](#)
- (21) Como declarado no relatório do WWF Quênia e do BAD (p. 22), disponível em: [unclearn.org](#)
- (22) Os dados sobre a área fornecidos aqui correspondem aos mais recentes da FAO sobre “Florestas Plantadas”, disponíveis em [data.fao.org](#). Observe que, na prática, a FAO depende de dados nacionais que podem ou não ser precisos, e que sua definição de “floresta plantada” inclui grandes áreas com árvores de uma única espécie, idade uniforme e espaçamento homogêneo, destinadas à colheita após alguns anos para fins comerciais (ver a definição completa em FRA 2025, p. 25). Em 2025, essas “florestas” plantadas representavam quase 85% da categoria mais geral de “Florestas Plantadas” da FAO no continente africano, com 83% da área coberta por espécies exóticas (não nativas). Chamar essas plantações de “florestas” é deliberadamente enganoso e uma forma indireta de apoiar empresas madeireiras, de celulose e papel e de borracha cujas atividades comerciais são, na verdade, uma causa de fundo da destruição florestal.
- (23) The Oakland Institute, 2025. Nota à imprensa: Debunking the Myth of Land Abundance - [Africa Must Reclaim Its Lands from False Climate Solutions and Corporate Capture](#)
- (24) WRM, 2021. [Comunidades na Tanzânia enfrentam problemas causados pelas plantações de árvores da Green Resources](#)
- (25) WRM, 2024. Gabão: [Controvérsia sobre o projeto de monocultura de eucalipto nos Planaltos Batéké](#)
- (26) Heks Eper, 2024. [Controversial carbon offset project spells hardship for local communities](#)
- (27) WRM, 2024. A Portucel/Navigator e o eucalipto em Moçambique: [“O que essa empresa deixa para a população é 0%”](#)
- (28) WRM, 2025. [Resistência em pé: comunidades se unem contra os impactos da monocultura do eucalipto em Moçambique](#)
- (29) BII, 2024. [Relatório de investimentos da British International Investment](#)

## **“Vale da Celulose”: Cerrado brasileiro sob cerco do eucalipto**

**Maior complexo industrial de celulose do Brasil, o “Vale da Celulose”, no estado do Mato Grosso do Sul, é prova de que o verdadeiro legado da indústria em torno da monocultura de eucalipto são pequenas cidades desestruturadas, impactos ambientais e a luta de famílias camponesas para sobreviver em meio ao deserto verde.**

O Mato Grosso do Sul, estado brasileiro em que 83 por cento das propriedades privadas são latifúndios, o maior índice do país, (1) vem sendo projetado como vitrine do setor da celulose. Nessa região de Cerrado – bioma conhecido por ser a ‘caixa d’água’ das bacias hidrográficas do país e por sua rica biodiversidade – a monocultura de eucalipto avança rapidamente. A cidade de Três Lagoas foi elevada ao título de “capital mundial” da celulose. A região leste do estado, por sua vez, passou a ser promovida, inclusive na legislação, como o “Vale da Celulose”, (2) que inclui principalmente os municípios de Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas, Água Clara, Brasilândia e Selvíria. Juntos, esses municípios somam quase 1,5 milhões de hectares de monoculturas de eucalipto, que servem aos interesses de quatro corporações internacionais: Suzano, Eldorado, Bracell e Arauco. (3)

O discurso é sedutor: emprego, modernização e desenvolvimento. Mas, para além do marketing, a realidade impõe perguntas incômodas.

O que se observa é uma forte concentração de investimentos voltada, principalmente, ao atendimento de uma demanda externa, em grande medida criada pelas próprias empresas. (4) Em contrapartida, muitos resultados em termos do dito ‘desenvolvimento local’ são ignorados pelo discurso disseminado de promoção do progresso. Persistem, nos municípios do “Vale da Celulose”, problemas estruturais como insegurança alimentar, crise hídrica e deficiências em saneamento básico, educação, habitação e infraestrutura urbana. (5)

Somam-se a isso impactos sociais e ambientais que nos obrigam a perguntar: a quem está servindo esse modelo de monocultivos e de indústria, que se empenha em se autopromover e esconde o fato de que gera concentração de terras, aumenta a concentração de renda, seca nascentes, diminui a biodiversidade e expulsa agricultores do campo? Ganhos para quem e para quê? Para investidores do mercado internacional, sem dúvida.

### **As obras, as indústrias: quem ganha e quem perde?**

Os municípios selecionados para instalação das unidades de processamento de celulose, desde a implementação da primeira fábrica – a Fibria, atual Suzano, em 2006 – foram conquistados pelas expectativas de aumento do PIB e de melhorias para suas populações. A realidade, porém, mostrou-se bem diferente. (6) Entre 2006 e 2012, o crescimento populacional abrupto, impulsionado pela construção das fábricas da Fibria (2006) e da Eldorado (2009) levou diversas reportagens a apelidarem Três Lagoas de “cidade dos alojamentos”, (7) mostrando as condições de trabalho precário, volátil e instável no complexo celulose-papel. A especulação imobiliária impulsionada pela alta demanda por moradia dos que chegavam para trabalhar nas fábricas, levou os aluguéis da região a valores próximos aos de grandes capitais, dificultando a permanência da população local. (8) Esse crescimento populacional, aliado à expansão das atividades de produção

de eucalipto e de processamento de celulose, engendrou um colapso nos serviços de saúde e transporte. A BR-262 passou a ser conhecida como “rodovia da morte”, em razão dos graves acidentes, muitos deles com vítimas fatais, provocados pelo intenso fluxo de carretas e pela demora na duplicação da via.

Os governantes afirmam ter aprendido com os erros, mas, quase duas décadas depois, a situação não é muito diferente. A construção da terceira linha de produção da Suzano, no município de Ribas do Rio Pardo, a partir de 2021, reproduziu problemas já conhecidos pelo aumento populacional vertiginoso: sistema de saúde sobrecarregado, disparada dos aluguéis e aumento no preço dos alimentos.

Com a entrada da fábrica em operação, em 2024, o canteiro de obras e seus problemas apenas mudaram de endereço, pois no mesmo ano a papeleira chilena, a Arauco, passou a erguer, no município de Inocência, o que promete que será a maior fábrica de celulose do mundo. E os canteiros de obras já avançam também para o município de Bataguassu, onde outra papeleira de capital estrangeiro, a Bracell, obteve licenciamento ambiental em 2025, em tempo recorde, para mais uma planta industrial.

O afrouxamento da legislação ambiental para plantações de eucalipto, vigente no estado do MS desde 2007 (9) e recentemente expandido para todo o país pela lei da “boiada do eucalipto” (Lei nº 14.876/2024) (10) favoreceu diretamente as papeleiras instaladas no chamado “Vale da Celulose”, ao excluir as monoculturas do rol de atividades poluidoras. Trata-se do resultado direto do lobby corporativo na formulação de políticas públicas, beneficiando grandes empresas em detrimento de comunidades locais e da proteção das águas, solo e biodiversidade

Enquanto isso, no campo, os plantios de eucalipto avançam e dominam a paisagem. Fecham horizontes e cercam os poucos núcleos camponeses que ainda produzem alimentos em uma região historicamente marcada pelo latifúndio. A reforma agrária, já limitada, sofre pressão crescente, com os assentamentos de famílias camponesas vivendo situações de isolamento, asfixiados pelos ‘paredões verdes’. É raro encontrar quem consiga escapar do eucalipto como vizinho.

Mas, os impactos estão longe de ser apenas visuais. Agrotóxicos das monoculturas frequentemente atingem hortas, pomares e quintais, comprometendo o sustento de famílias camponesas, muitas vezes baseado na produção agroecológica. Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente (APP), que pela legislação brasileira deveriam estar livres dos efeitos das monoculturas, tampouco são poupadas. Os venenos utilizados pelas empresas de produção de eucalipto contaminam espécies endêmicas do Cerrado e afetam a fauna que ali vive e se reproduz.

As abelhas estão entre as mais impactadas, com registros frequentes de mortandade. A recente denúncia de um apicultor da região é uma pequena mostra disso. Em vídeo divulgado pelo WRM e gravado em dezembro de 2025, o apicultor mostra que as abelhas de suas 20 colmeias estavam quase todas mortas depois da aplicação irregular do veneno fipronil, pela empresa Suzano, sobre árvores nativas em época de floração, como os camboatás mostrados no vídeo. Trata-se de um crime ambiental expressamente endereçado pelo principal órgão ambiental brasileiro, o IBAMA. (11) Segundo o apicultor, a Suzano pediu que ele calculasse o prejuízo, ao que ele respondeu:

“Não, eu não vou calcular nada, até porque vocês vão me pagar e vão continuar. [Seria] uma outorga para vocês matarem minhas abelhas de novo”.

Além dos prejuízos aos apicultores, isso ameaça o próprio Cerrado e sua biodiversidade, que depende dos polinizadores — sem eles, muitas espécies deixam de se reproduzir. A fauna silvestre, privada de alimento nos reduzidos fragmentos de vegetação nativa, busca sustento nas áreas camponesas, agravando as dificuldades da produção agrícola. É praticamente impossível encontrar alguma comunidade que conviva com a expansão do deserto de eucaliptos em que agricultores não relatam o aumento de insetos-praga e de animais invadindo suas hortas e roças. Assim, o sonho de viver e produzir da própria terra torna-se cada vez mais inviável.

Para quem convive diariamente com os monocultivos, a lógica do capital é evidente. O setor investe pesadamente em uma narrativa verde: a de que planta “florestas” sustentáveis, tentando convencer a sociedade de que atua em nome do bem comum. Mas, quem vive no Cerrado sabe que monocultivo de eucalipto não é floresta. Florestas significam diversidade, equilíbrio e vida. Não exigem uso e agrotóxicos, não expulsam animais nem comunidades rurais.

A tentativa de maquiar os impactos não apaga a realidade: trata-se da exploração intensiva de terras consideradas “disponíveis”, impulsionada por uma demanda fomentada em grande parte pelo lobby das próprias empresas. Terra e água, tratadas como recursos abundantes, são sugadas em ritmo acelerado.

As consequências já são sentidas. Comunidades rurais relatam poços e nascentes secando, açudes e córregos com níveis drasticamente reduzidos - em pleno Cerrado, conhecido como o “berço das águas” do país. Somente no município de Selvíria, que conta com mais de 100 mil hectares de eucalipto, a prefeitura identificou mais de 350 nascentes que precisam de recuperação devido à redução na infiltração da água no solo e ao consumo excessivo de água pelas monoculturas em expansão. (12) Ainda que defensores do setor neguem relações de causa e efeito, o eucalipto está associado à drenagem de áreas úmidas em diversas partes do mundo. Publicações científicas, além da experiência vivida pelas próprias comunidades afetadas, comprovam tal associação. (13) Também não é irrelevante que o próprio setor busque variedades menos consumidoras de água.

Nesse contexto, permanecer na terra, resistir e sobreviver tornam-se desafios cotidianos. Ainda assim, os povos do campo persistem e resistem contra o expansionismo do eucalipto-celulose e da sua lógica do campo sem gente.

É nesse âmbito que criamos o Fórum de Enfrentamento aos Impactos do Eucalipto, no inverno de 2024, (14) que reúne camponeses, acadêmicos, sociedade civil e pessoas preocupadas com essa realidade, a fim de compartilhar e levar a público os impactos que o eucalipto provoca no Cerrado, no cotidiano de toda a região Leste de MS. O Fórum também se propõe a construir coletivamente estratégias de denúncia e mobilização social, dando visibilidade às contradições e consequências ocultadas pelo discurso de desenvolvimento associado ao chamado “Vale da Celulose

### **Fórum de Enfrentamento aos Impactos do Eucalipto**

#### **Referências:**

(1) Brasil de Fato, 2017. 83% dos terrenos privados do Mato Grosso do Sul são latifúndios.

## Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

(2) O título de Capital Mundial da Celulose foi conferido ao município de Três Lagoas (MS) por meio da Lei Estadual nº 4.336/2013. Posteriormente, o município recebeu também o título de Capital Nacional da Celulose, instituído pela Lei Federal nº 14.142/2021. Em maio de 2025, a Lei Estadual nº 6.404/2025 oficializou a denominação “Vale da Celulose” para a região de Três Lagoas e municípios vizinhos, como Ribas do Rio Pardo e Inocência.

(3) O estado do Mato Grosso do Sul é o maior complexo industrial de celulose no Brasil, já que é lá onde estão as maiores indústrias do setor. Mas Minas Gerais ainda é o estado com maior área plantada de monocultura de celulose: são mais de 2 milhões de hectares.

(4) WRM, 2025. Quem precisa de mais papel e celulose?

(5) AgFeed, 2023. Projeto de R\$ 22 bi da Suzano faz cidade do MS explodir no bom e no mau sentido; Campo Grande News, 2025. Inocência tem explosão nos preços e aluguel da quitinete já custa R\$ 3.500;

Campo Grande News, 2025. Prostituição segue dinheiro da celulose e migra de Ribas para a pacata Inocência

(6) Mongabay, 2025. Fábrica de celulose com histórico de contaminação se instala em área prioritária para conservação do Cerrado

(7) Jornal do Trabalho, 2012. O trabalho precário, volátil e instável no complexo celulose-papel em três lagoas (MS)

(8) Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2019. A especulação imobiliária versus o acesso à habitação: temos que fazer a luta pela terra, a luta pela moradia;

Campo Grande News, 2013. Para driblar aluguel "astronômico", Três Lagoas vive boom imobiliário, Pelos quatro cantos, outdoors propagandeiam imóveis e terrenos para todos os gostos e bolsos ; Midiamax, 2011. Explosão imobiliária torna o aluguel de imóvel em Três Lagoas o mais caro de MS.

(9) Resolução SEMAC Nº 17 DE 20/09/2007.

(10) Agência Pública, 2024. “Boiada do eucalipto”: ambientalistas apontam lobby em lei que facilitou silvicultura

(11) O IBAMA chegou até mesmo a determinar que as empresas de veneno incluíssem a seguinte frase no rótulo do produto: “Não aplique este produto em época de floração, nem imediatamente antes do florescimento ou quando for observada visitação de abelhas na cultura. O descumprimento dessas determinações constitui crime ambiental.” Veja mais aqui.

(12) Prefeitura de Selvíria, 2025. Estudo revela impacto ambiental do eucalipto em assentamentos

(13) WRM, 2016. Impactos das plantações industriais de árvores sobre a água - Testemunhos locais e estudos científicos que desmentem as empresas

(14) Fórum de Enfrentamento aos Impactos do Eucalipto, 2024. Carta política do fórum de enfrentamento aos impactos do eucalipto

## INCÊNDIOS FLORESTAIS NO CHILE E NA ARGENTINA: VOZES DE COMUNIDADES ORGANIZADAS

### “O fogo passou por nós”: um relato do incêndio florestal no Chile

**Um relato íntimo de quem enfrentou o mais recente incêndio florestal que devastou a região centro-sul do Chile, sem perder de vista a verdadeira causa dessa tragédia: um modelo promovido pelo estado, no qual a lucratividade das empresas de pinus e eucaliptos se baseia no risco vital para as comunidades.**

O relato a seguir nos permite sentir de perto o drama daqueles que vivem cercados por monoculturas de árvores quando veem o fogo “passando de pinus em pinus, como se fossem verdadeiros fósforos gigantes” e se aproximando de suas casas. Quem escreve é Verónica González Correa, ativista chilena que vive na comuna de Florida, na região do Biobío, centro-sul do Chile, onde há um histórico de incêndios florestais. Diretora do documentário “Chamas da desapropriação: incêndios do negócio florestal”, (1) ela vive em uma comunidade que recentemente foi vítima de incêndios florestais. Como muita gente na região, ainda não tem a dimensão exata das cicatrizes que o fogo deixou na terra onde vive e nela própria, mas sabe e explica que esses incêndios não são uma fatalidade.

Os cerca de 3 milhões de hectares de monoculturas de árvores no Chile são uma tragédia anunciada: pinus e eucaliptos são o combustível dos incêndios que se repetem periodicamente, devastando amplas áreas e deixando mortos e feridos. Esse cenário inflamável foi sendo estabelecido de forma violenta a partir da ditadura de Pinochet (1973-1990). Desde então, com apoio e financiamento do estado chileno, empresas do setor expropriaram territórios imensos e expulsaram povos indígenas e camponeses para estabelecer suas monoculturas de árvores. A maior parte dessas plantações está nas mãos de duas empresas: a Forestal Mininco, do Grupo Matte, e a Arauco, do Grupo Angelini. (2)

Foi assim, por exemplo, que o povo Mapuche da região viu seu território ser destruído e suas comunidades serem expulsas violentamente para dar lugar às monoculturas da Arauco, hoje uma das maiores empresas de celulose do mundo. Atualmente, os Mapuche lutam para recuperar parte desse território ancestral que lhes foi tomado, com o objetivo de preservar o pouco que resta de floresta intocada e de plantar para subsistência. (3)

Como Verónica deixa claro em seu relato, justamente as pequenas áreas de agricultura familiar, que resistem como ilhas em meio ao deserto verde de eucaliptos e pinus, que constituem os verdadeiros aceiros, ou seja, barreiras contra incêndios. E, se não fosse por ela ser vizinha de uma dessas áreas, pela organização comunitária para enfrentar os incêndios e por ter tecido uma rede comunitária de apoio solidária e rápida, o desfecho de sua história provavelmente teria sido outro. Fiquem com o relato.

\*\*\*

Na tarde de sábado, 17 de janeiro de 2026, começou o incêndio florestal na Fazenda San Lorenzo, na comuna de Florida, região do Biobío, centro-sul do Chile. Naquele dia, acordamos com a

devastadora notícia da morte de 21 pessoas em decorrência de outro incêndio florestal, o de Trinitarias, o maior da temporada até então, que afetou áreas urbanas e periurbanas de Penco, Lirquén e Punta de Parra, comunas vizinhas ou muito próximas da nossa. Foram queimados 14.187 hectares, 800 casas foram destruídas e 20 mil pessoas foram danificadas. O nosso, agora, era mais um incêndio florestal que enxergávamos de casa.

No domingo, vimos o fogo avançar para o norte e passar paralelo à nossa casa, que ficava a nordeste de onde o incêndio começou. Para nossa “sorte”, do outro lado da rodovia o vento soprava de sul para norte. Já havia ocorrido um incêndio ali no ano passado, então, ingenuamente, achávamos que havia pouca biomassa disponível. Desta vez, vimos o combate aéreo ao incêndio, sentimos o calor aumentando, ouvimos o crepitar das chamas e ficamos cheios de fumaça. Mas o fogo estava ali, do outro lado. De qualquer forma, articulamos com os vizinhos um sistema de vigilância noturna por revezamento.

Naquele dia, como em muitos outros, o Sistema de Alerta de Emergência soou no telefone – uma intervenção violenta no espaço psíquico. Não é um toque de celular comum, e sim um som estridente, monótono e penetrante, que ignora se o telefone está no silencioso ou em vibração. É um bipe que acelera o pulso instantaneamente. No entanto, seu uso indiscriminado (ficou soando incessantemente por dias, devido a incêndios em outras regiões) acaba causando um pânico paralisante e uma exaustão profunda antes mesmo que o fogo chegue à porta.

Faz pouco tempo que moramos na zona rural de Florida, mas já ouvimos muitos relatos e advertências de pessoas que tiveram que defender suas casas ou as perderam em incêndios florestais, como os de 2017, 2023 e outros. Todos nos alertavam sobre a propensão da região a incêndios, pois tem 60 por cento plantados com monoculturas de árvores, verões muito quentes e pouca chuva. Vivemos na Cordilheira da Costa, então há muitas encostas e desfiladeiros. Tomando todas as precauções e ouvindo quem veio antes, conseguimos construir uma casa de barro. Temos um perímetro de 20 metros ao redor, feito de cascalho ou pequenas pedras britadas e sem árvores, bastante água disponível e equipamentos para molhar e proteger a casa. Conseguimos priorizar a proteção da nossa morada, tanto material quanto financeiramente. Também temos parentes e amigos prontos para ajudar.



*Proteção para cortar o fogo ao redor da casa (Foto: Verónica González Correa)*

Na segunda-feira, dia 19, o fogo mudou de direção, do norte para o sul, mas pelo leste, então estava literalmente vindo em direção à nossa casa. O acesso à propriedade era pelo norte, e tínhamos estabelecido um ponto de referência que, se fosse atingido pelo fogo, teríamos que sair ou pelo menos tirar o carro com as nossas coisas – nada de grande valor, só equipamentos de trabalho, documentos e algumas coisas que amamos e cuidamos, como as sementes da horta. Eu vi o fogo se aproximando tanto que senti pavor, a adrenalina e o estresse percorriam todo o meu corpo, as minhas pernas tremiam, e eu não aguentava mais a angústia. Ouvi e vi o rugido do fogo, o calor e o vento que ele traz. Tivemos que decidir que alguns de nós ficaríamos esperando o momento certo para molhar a casa. Não podia ser muito cedo, porque a água seca instantaneamente com o calor intenso. Saí para a estrada com minhas coisas e encontrei algumas famílias com seus carros carregados de pertences e animais, encorajando umas às outras. Vi bombeiros, membros da brigada com ferramentas e pessoas com tanques de água em suas caminhonetes, muito dispostas a ajudar. Também vimos o início do combate aéreo ao incêndio e a chegada de cada vez mais bombeiros, o que foi surpreendente, pois havia 12 focos de incêndio sendo combatidos simultaneamente apenas na região do Biobío. Naquele dia fomos salvos, como dissemos em conversa com as vizinhas: tivemos o privilégio de dormir em nossas próprias casas.

Na terça-feira, 20 de janeiro, os prognósticos eram desanimadores: à tarde, haveria muito vento de oeste para leste, e estava claro que não escaparíamos. Por volta das 5 da tarde, vimos o fogo se deslocar da rodovia em nossa direção. Felizmente, o vizinho cuja propriedade nos separa da rodovia é agricultor e sua terra é desmatada exclusivamente para cultivo e não possui pínus nem eucaliptos. O vizinho ao lado dele possui pínus e eucaliptos à beira da estrada, e por isso foi o ponto de entrada do fogo.

Entre o vizinho com os pínus e a nossa propriedade, existe uma divisa natural conhecida nesta zona como cárcava, um buraco ou vala profunda, de três metros em média, formada no terreno

pela erosão hídrica (o impacto da água). Dizem que é resultado da superexploração do trigo no passado e, mais recentemente, do desmatamento para plantar monoculturas de árvores. A vala estava invadida por pinus gigantes, criando um tapete de acumulação histórica de acículas, que são as folhas perenes do pinus, em forma de agulha, e que, ao cair, demoram muito para se decompor devido ao seu alto teor de resinas e ceras, o que impede o crescimento de qualquer outra vegetação e deixa o solo propício à queima. A passagem do fogo pela vala cria o que é conhecido em incêndios florestais como um “corredor de propagação vertical”, já que, sendo uma depressão profunda no terreno, essa vala funciona como uma chaminé natural. O ar quente sobe com maior força, e as paredes concentram o calor, fazendo com que o fogo avance a uma velocidade explosiva, sendo ‘sugado’ para cima. Ou seja, o fogo entrou com pelo menos 30 metros de altura. Passando de pinus em pinus, como se fossem verdadeiros fósforos gigantes, uma enorme onda de fogo avançava em alta velocidade diretamente em direção à nossa propriedade. Uma cena dantesca. O fogo passou explodindo de pinus em pinus, mas bem em frente à nossa casa havia árvores nativas que não queimaram; apenas as mais próximas dos pinus sofreram.

Felizmente, com o fogo, vieram os brigadistas e nos disseram: “Tem que deixar passar; a casa de vocês não corre perigo, está isolada e molhada”. Nosso galpão, nossas árvores frutíferas e nossa horta estavam a salvo. Por rádio, conseguimos organizar a segurança dos moradores, com assistência dos brigadistas. Os parentes e amigos voltaram para controlar todos os focos de incêndio possíveis. Naquela noite, adormecemos apagando pequenas fogueiras, mas a nossa casa ainda estava lá, onde a havíamos construído.

Após o incêndio, passamos 22 dias apagando focos, com vários episódios importantes de combustão, que conseguimos controlar. O saldo do incêndio na Fazenda San Lorenzo foi de 4.300 hectares queimados, 30 casas destruídas e sabe-se lá de quantos agricultores que perderam suas plantações, pela passagem do fogo ou pela impossibilidade de irrigá-las. Ninguém na nossa região teve a casa completamente destruída, acredito que porque as nossas casas são relativamente próximas umas das outras, e a monocultura de árvores nos cerca, mas não está nas nossas terras. Porém, eu tenho certeza de que ninguém saiu completamente ileso. Minha família, nossos animais e a natureza em geral foram afetados, as cores ao nosso redor mudaram, com os diversos tons de verde substituídos por uma camada bege escuro, queimada. Ficamos devastados emocionalmente, e eu não acredito que nenhum ser humano conseguiria suportar isso todos os verões.

Agora que a emergência passou, é urgente identificar as causas e os responsáveis por colocar o material combustível ali e por autorizar ou financiar o que foi feito. Porque viver rodeado por 3 milhões de hectares de pinus e eucaliptos cria as condições para que o fogo se alastre como vimos passar e arrasar tudo. A responsabilidade por isso recai principalmente sobre o estado chileno, que promoveu e financiou o modelo de plantação de árvores, e sobre duas famílias que lucraram imensamente: a família Angelini, com 1,1 milhão de hectares de plantações de pinus e eucaliptos e 50 por cento da capacidade de produção de celulose do país, e a família Matte, com 700 mil hectares de plantações de monocultura.

Não é falta de brigadistas (vimos centenas chegarem, inclusive do México), nem apenas a mudança climática, pois esta região sempre foi quente no verão; o problema é o excesso de combustível. O modelo de plantação de árvores criou uma paisagem onde a rentabilidade das empresas se baseia no risco vital para as comunidades. Quando o fogo entrou na nossa terra com

chamas de 30 metros de altura, não era a “natureza” atacando, e sim o resultado de décadas de abandono de resíduos, falta de aceiros adequados e evasão da responsabilidade de empresas e do estado.

Tomamos conhecimento da Declaração das Organizações do Biobío, que é inequívoca: “A vida, a água e os territórios estão sendo devastados”. (4) Apoiamos veementemente as 15 reivindicações descritas na Declaração e chamamos a atenção para a denúncia de que “o governo tem insistido em favorecer o modelo de plantação de árvores. Um exemplo disso é o Plano de Fortalecimento Industrial do Biobío de 2024, concretizado em uma estratégia de 32 medidas para ‘acelerar’ os investimentos de e para projetos públicos e privados, de modo que sejam ‘implementados com a maior celeridade possível’. Isso inclui uma ‘estratégia para aumentar as plantações de árvores no território’. Em outras palavras, o Estado continua aprofundando o extrativismo predatório sem levar em conta a vida nesses territórios”.

Minha experiência com o vizinho agricultor em comparação com o vizinho que planta pinus demonstra que a pequena agricultura é um verdadeiro aceiro. No entanto, o modelo exerce pressão para esvaziar o campo, deixando apenas árvores para exportação. Muitas pessoas na minha região sofrem por viver aqui, e enfrentar a ameaça real a cada verão lhes rouba o desejo de viver em paz no campo.

A Fundação Keule (5) denuncia com precisão e clareza o negócio das plantações de árvores: “Se uma atividade existe para gerar lucros, ela também deve assumir integralmente os custos e riscos que gera. (...) Do ponto de vista jurídico, o princípio da responsabilidade estabelece que quem exerce uma atividade arriscada deve responder pelos danos que ela venha a causar. O princípio da prevenção nos obriga a antever e mitigar os riscos previsíveis, em vez de reagir depois que o dano já ocorreu. O princípio de que o poluidor paga (internalização das externalidades) impede transferir para a sociedade os custos de uma atividade privada. As externalidades não podem ser transferidas para a população, nem justificadas como ‘eventos inevitáveis’. Se ocorre um dano, a responsabilidade recai sobre quem projetou, gerenciou e lucrou com o sistema de produção”. Segundo essa lógica, a responsabilidade pelo incêndio que se alastrou por aquela vala repleta de pinus não é do vento, nem do azar, nem do meu vizinho, e sim de quem concebeu essa paisagem visando o lucro e não a vida. Exigir que arquem com os custos não é apenas uma reivindicação econômica; é o direito fundamental de não viver em constante medo sempre que faz muito calor.

Vinte e dois dias depois, ainda estávamos apagando incêndios. Mas quem apaga o medo? Sobre esse tema, Antonia Olivos publicou um artigo intitulado “O luto invisível após o incêndio: saúde mental em meio à crise dos incêndios no Chile”. (6) É esse esgotamento de não conseguir dormir, de olhar para o vento com desconfiança, de saber que o seu refúgio – sua casa, suas árvores frutíferas – fica por um fio a cada verão. Esse trauma não é individual; é um dano socioterritorial. Fomos forçados a viver em um corredor de incêndios. O luto não é apenas pelas casas queimadas ou pelas pessoas que morreram em Lirquén e Penco, não é só pela solastalgia (dor crônica causada pela destruição da paisagem familiar e cotidiana), mas também pela perda da biodiversidade, da água que não corre mais pelos riachos e da paz de espírito que o extrativismo nos roubou.

Depois que o fogo passar, o caminho continua sendo a organização comunitária e a ação sobre a paisagem. Não esperamos por soluções daqueles que planejaram o desastre; hoje, avançamos na

gestão de nossas terras por meio de ferramentas como a criação estratégica de cabras (7) e a implementação de mais obras de conservação de águas e solos, transformando biomassa em vida, em vez de combustível. Não há mais necessidade de convencer o vizinho sobre os perigos de suas plantações; a evidência ficou gravada na terra. Para ele, e para todos e todas, ficou claro que vivemos em um barril de pólvora que só precisava de uma faísca para explodir. Nossa resposta é e será a reconstrução comunitária de um território habitável.

**Verónica González Correa** é chilena. Há 15 anos, participa de diversos projetos socioambientais; trabalhou junto a comunidades locais e povos originários na defesa de territórios e ecossistemas. É diretora do documentário “Llamas del despojo”, entre outros.

#### Referências:

- (1) Resumen TV, 2022. [Llamas del Despojo: Incendios del Negocio Forestal](#)
- (2) WRM, 2018. [Chile: megaincêndios florestais, crimes empresariais e impunidade](#)
- (3) WRM, 2023. [Chile: Resistência ao modelo florestal em Wallmapu, território mapuche](#)
- (4) Organizations from the Biobío region, 2026. [La vida, el agua y los territorios están siendo devastados](#)
- (5) A Fundação Keule é uma organização que atua na região centro-sul do Chile, dedicada à proteção do ecossistema e de espécies ameaçadas de extinção, como a árvore Queule (*Gomortega keule*), que é um Monumento Natural.
- (6) Revista Resumen, 2026. [El duelo invisible tras el fuego: salud mental en medio de la crisis de los incendios en Chile](#)
- (7) Buena Cabra. [Prevención ecológica de incendios forestales](#)

# Argentina: a organização comunitária como resistência e esperança diante dos incêndios na Patagônia

**Os recentes incêndios que devastaram milhares de hectares da Floresta Andina da Patagônia são causados principalmente por monoculturas de pinheiros promovidas por empresas de plantações de árvores e pelo estado. Em meio ao desastre, moradores narram suas experiências e demonstram como a organização coletiva sustenta a vida.**

A Floresta Andina da Patagônia, no sudoeste da Argentina, voltou a arder. Entre dezembro de 2025 e março de 2026, mais de 77 mil hectares foram consumidos pelas chamas nas províncias de Neuquén, Río Negro, Chubut e Santa Cruz. (1) Famílias inteiras assistiram enquanto as chamas cercavam suas moradias, tentando salvar o que podiam: ferramentas de trabalho, animais e memórias de toda uma vida. Centenas de casas foram reduzidas a chapas retorcidas e alicerces enegrecidos.

Isso se soma aos enormes danos causados pelos incêndios do verão anterior, quando pelo menos 32 mil hectares foram queimados, (2) grande parte em zonas de transição entre áreas rurais e urbanas. Na localidade de Epuypén, em Chubut, um incêndio que começou em uma grande área de espécies exóticas de pinheiro consumiu mais de 70 casas no primeiro dia, no 15 de janeiro de 2025. Entre os que vieram ajudar estavam famílias da província de Mallín Ahogado, 60 quilômetros ao norte, que duas semanas depois tiveram que suspender o auxílio e se organizar para enfrentar outro grande incêndio em seu próprio território, que havia começado em uma área densamente povoada por pinheiros-do-oregon. “O fogo avançou muito rapidamente em direção à nossa área, ajudado por fortes rajadas de vento, mas também através dos pinheirais, que eram mais abundantes no leste, destruindo tudo em seu caminho”, lembra o morador Darío Anden. Na ocasião, o incêndio causou a morte de uma pessoa e destruiu 370 construções, incluindo casas, galpões, alpendres, plantações de frutas e hortaliças e criações de animais. Durou quase dois meses e devastou cerca de 4 mil hectares. (3)

Um dos principais fatores que agravam os incêndios ano após ano é a monocultura de pinheiros, que se tornou uma praga na Patagônia argentina. Eles são altamente inflamáveis e, pior ainda, o fogo provoca a germinação de suas sementes, de modo que cada incêndio contribui para sua propagação. (4) Além disso, eles absorvem grandes quantidades de água do solo. Numerosos relatos e estudos mostram que algumas nascentes já secaram e que a vazão dos rios foi reduzida em mais de 60 por cento com a bacia repleta de pinheiros. (5)

Hoje em dia, segundo dados oficiais, existem aproximadamente 116 mil hectares de plantações de monoculturas de árvores na Patagônia Andina, das quais 90 por cento são de pinheiros, concentrados principalmente nas províncias de Neuquén, Río Negro e Chubut. (6) A isso se deve somar a área de invasão após os incêndios, em alguns setores, que é ainda maior que a área inicial das plantações.

As monoculturas começaram a ser estabelecidas na década de 1960, quando a floresta passa a ser substituída por plantações de espécies exóticas de rápido crescimento por meio de planos

silvícolas e subsídios promovidos pelos governos provinciais e nacional. A princípio, o objetivo era reduzir a pressão da extração de madeira sobre as florestas nativas. Posteriormente, a finalidade passou a ser abastecer uma futura indústria de celulose e papel. Já nas últimas décadas, evocam-se compromissos estatais no mercado de carbono. Com frequência, as plantações de pinheiros foram e continuam sendo um pretexto para a apropriação e a privatização de terras públicas e a expulsão de seus habitantes. (7)

Nesse contexto, muitas plantações ficam abandonadas, sem controle nem manutenção, espalhando-se muito mais rapidamente do que as florestas nativas e se tornando um perigoso combustível.

Durante os incêndios de 2021, Mirta Ñancunao, da Comunidade Mapuche Las Huaytekas, em Río Negro, explicou o que os pinheiros representam para seu povo: “Entre nós que ainda permanecemos no território, temos evidências claras e experiências associadas a imposição, subjugação, abusos, expropriação, deslocamentos forçados, processos judiciais, modificação do habitat, alteração de ecossistemas e fontes de água, perda de pastagens para animais, perda da coleta de ervas para o lawen [medicina Mapuche], frutas e lenha”. (8) Em novembro daquele ano, o jovem mapuche Elías Garay Cayicol, de 29 anos, foi assassinado enquanto participava de uma retomada de território ancestral na província de Río Negro. Dois homens ligados ao empresário Rolando Rocco, da indústria da silvicultura, foram condenados pelo crime. (9)

O povo Mapuche costuma ser criminalizado pelo estado sempre que ocorrem incêndios. (10) Neste verão, enquanto as chamas ainda ardiam, o governador de Chubut, Ignacio Torres, e seus colaboradores lançaram uma campanha midiática apontando as comunidades Mapuche como responsáveis pelos incêndios. Organizações sociais, moradores e líderes territoriais denunciaram prontamente essas acusações sem provas (11) que buscavam, por um lado, criminalizar as comunidades e sua justa luta por territórios ancestrais e, por outro, desviar a atenção das reais condições que favorecem os incêndios: monoculturas de pinheiros, ausência de políticas públicas para o manejo de plantações exóticas e prevenção de incêndios, e desfinanciamento de políticas de proteção da floresta nativa. (12) Tudo isso ocorre em um contexto de crise climática com secas recorrentes.

A seguir, relatos de membros das comunidades afetadas que demonstram como, diante da pouca ou nenhuma assistência governamental, a organização comunitária foi e continua sendo fundamental no combate aos incêndios e na sustentação dos esforços de reconstrução. Esses relatos foram escritos por moradores de vilarejos nas montanhas da província de Chubut (a área mais afetada pelos incêndios recentes), membros de assembleias de bairro e parte de uma rede de solidariedade que se fortalece a cada dia.

## **Puerto Patriada: o início e a propagação do incêndio**

### **Relato de Gabriel Verge.**

Em 5 de janeiro de 2026, um incêndio florestal começou na região de Puerto Patriada, uma área repleta de pinheiros jovens que já haviam queimado anos antes. O incêndio se alastrou rapidamente pelas encostas ao redor do Lago Epuýén, destruindo milhares de hectares de floresta andina patagônica e dezenas de casas. Em poucos dias, o fogo atingiu as cidades vizinhas de Epuýén, Lago Puelo, El Maitén e Cholila.

Apenas alguns meses antes do incêndio, apesar da seca, da condição extremamente precária da rede de distribuição elétrica e do acúmulo descontrolado de lixo e pinheiros por todo o território, as autoridades locais concederam licenças a vários complexos turísticos e campings na cidade de El Hoyo, que invadiram os arredores do lago com suas construções. Entre elas, havia quase 300 fogões que permaneceram acesos simultaneamente e sem qualquer controle efetivo durante as comemorações de Ano Novo. A má gestão era evidente e o desastre era apenas questão de tempo. Embora não tenha sido possível determinar a causa do incêndio, a combinação de fatores que o precederam só precisou de uma faísca para desencadear o desastre. Os bombeiros e as brigadas locais foram sobrecarregados pela magnitude do fogo e não conseguiram contê-lo. Os densos pinheirais, que haviam brotado novamente após incêndios anteriores, serviram de pávio para a rápida propagação do fogo, marcando de forma clara e precisa o caminho das chamas que deixaram uma cicatriz na paisagem e nos corações.

Assim que o incêndio começou, outro problema grave veio à tona: a crise hídrica. Os governos provincial e municipal haviam ordenado cortes no fornecimento para a população, e diversas áreas afetadas pelo fogo ficaram sem água para proteger suas casas, simplesmente porque nada saía das torneiras. Com as margens do rio Epuýén privatizadas e bloqueadas por cercas e portões que impediam bombeiros e brigadistas voluntários de acessar os pontos de reabastecimento de água, a resposta demorou ainda mais.

Naquele momento de emergência, centenas de moradores evacuaram suas casas por conta própria, enquanto outros formaram brigadas de voluntários, organizadas em redes solidárias de apoio para tentar apagar o fogo e compensar a ausência do estado.

Em poucos dias, o incêndio que começara em Puerto Patriada já havia se alastrado. Foram queimados não apenas pinheiros e florestas nativas habitadas por uma rica biodiversidade, incluindo o huemul (animal raro que é um Monumento Natural em perigo de extinção), ninhos de condor e o caburé-grande. Além de casas e de meios de produção e subsistência, também queimou a própria identidade do povo, aqueles lugares onde a vida cotidiana se desenvolvia, além de outros lugares de valor histórico e cultural único e insubstituível, como as pinturas rupestres. O problema não termina com o fogo. A reconstrução das casas queimadas é sustentada constantemente pelo espírito e pelas mãos de redes de solidariedade que não podem esperar pelas promessas do governo, cujas assistência e reparações são limitadas, seletivas e discriminatórias. Epuýén: a auto-organização comunitária durante e após o incêndio. Relato compilado por Aguayala. (13)

Os recursos aéreos mobilizados pelo estado e pelas diversas brigadas de bombeiros foram insuficientes para conter todas as frentes de avanço do fogo. Diante dessa realidade, foram organizadas brigadas de bairro, reforçadas também por brigadistas voluntários que chegaram de outras partes do país.

Essas são as palavras de Eliseo Juan Ignacio Avella, o Mago, brigadista que veio de Buenos Aires para apoiar o combate ao fogo na Patagônia argentina: “Ternura e amor são a melhor revolução que um autoconvocade pode conhecer; com toda essa dor da natureza queimando, aquela impotência transformada em coragem, aquele esforço para subir um pouco mais a montanha e alcançar o fogo, e poder enfrentar esse mal que tanto nos faz sofrer, estamos evoluindo a partir de tudo o que nos aflige. Por isso, nossas ferramentas são uma mochila de água, uma motosserra, um pulansky, um derky (ferramentas especiais que os bombeiros usam para cortar raízes ou remover

cinzas quentes), uma enxada”. E ele continua: “Enfrentamos medos e dores físicas por um bem comum: ver as florestas verdes e as comunidades vivendo do sustento que elas proporcionam. Nada nos detém porque o amor sempre triunfa; é o melhor aliado da esperança, que muitos perdem devido ao cansaço. Mas existem seres de luz que vêm para dar tudo de si e depois retornam a seus lares. São brigadistas autoconvocados de todo o país e do mundo. Obrigado a todos por abrir seus corações com humildade e humanidade”.

Na comunidade afetada de Epuyén, vizinhos solidários organizaram todas as áreas necessárias para lidar com o desastre. Uma instituição de ensino, disponibilizada durante o período de férias, serviu como centro de operações. Foram criadas “Zonas de Alívio”, onde diferentes terapias holísticas (Reiki, medicina chinesa, massagens, curas) eram oferecidas quando os brigadistas retornavam, ao final do dia. Articulando uma rede colaborativa de ervanários, naturopatas e horticultores, recebiam-se e se preparavam medicamentos fitoterápicos e diversos produtos para proporcionar atenção primária aos necessitados.

A cozinha comunitária, que funcionou durante todo o ano de 2025, continuou preparando refeições para as diferentes frentes de combate a incêndios, bem como para os mutirões de reconstrução que começaram assim que os incêndios foram controlados. É preciso destacar a ajuda solidária que recebemos de lugares próximos e cidades distantes, com contribuições financeiras, roupas, ferramentas e materiais de construção. E também devemos reconhecer a imensa dedicação dos voluntários de todo o país, que foram alojados no ginásio municipal ou receberam abrigo gratuito em campings.

Também foram muito importantes os espaços de logística e coordenação de todas as áreas mencionadas, bem como áreas para fornecimento e manutenção de motosserras e bombas d'água, gestão e recebimento de alimentos na cozinha e a área de coleta de doações para as vítimas. Graças à eficiente articulação entre brigadistas voluntários, bombeiros, a Direção Provincial de Florestas, o Plano Nacional de Manejo do Fogo e outros órgãos, não houve mortos nem feridos.



*Brigadistas e voluntários de mutirões*

## **El Maitén: “Sabemos que não estamos sozinhos”**

**Relato de Aymara Bares, da rádio comunitária Mapuche Petü Mogeleñ**

Em El Maitén, na província de Chubut, os incêndios começaram cedo este ano, mas a resposta da comunidade foi mais rápida do que em outros anos. Aprendemos! No dia 8 de janeiro, o incêndio que acabava de atingir Cerro Pirque devastou a floresta e as casas em seu caminho. O cerco durou semanas e deixou metade da estrada em tons de marrom, preto e cinza. Durante esses dias, foram instalados importantes pontos de controle em locais estratégicos. Nós, moradores de El Maitén, nos organizamos para ajudar, seja como brigadistas voluntários ou fornecendo refeições e recursos para quem estava arriscando a vida. Também houve vários dias de vigilância para garantir que o fogo não atravessasse a estrada e colocasse a cidade em perigo. Infelizmente, os corredores de pinheiros permitem que o fogo se alastre.

Cintia, uma companheira que participa das campanhas de brigadistas voluntários, diz: “Nós entendemos, há muito tempo, que temos que defender Ñuke Mapu. (14) É por isso que fazemos todos os cursos que podemos ao longo do ano, esperando o verão e o próximo incêndio. Sabemos que não estamos sós e que nunca é a última batalha contra o fogo. Sabemos que, a cada anúncio de chuva, os revezamentos já estão sendo organizados; sabemos que há pessoas cozinhando o dia todo para nos sustentar; sabemos que, em algum lugar do país, alguém está pegando carona para vir ajudar”.

“Se for preciso chorar - pois a cabeça começa a doer com tanta fumaça, fogo, sono e vigília, ou pela saudade da família que espera -, sempre há abraços disponíveis, principalmente de pessoas que você acabou de conhecer, mas que olham para você e estão na mesma frequência, na mesma luta, com a mesma ideia de não desistir até termos dado tudo de nós para defender nossos lares e as árvores nativas.

E o que não se pode salvar? Se reconstrói! Por aqui, o verbo “mingar” é bastante usado. As mingas[mutirões] são uma oportunidade para trazer esperança, unir forças, meter as mãos no barro, se emocionar a cada passo, celebrar cada pinheiro erradicado e do qual brote a nossa resiliência. Porque somos Kúme che (gente do bem), nós não queimamos a floresta, nós a defendemos. Rume mañum”. (15)

## **Parque Nacional Los Alerces: Os dias do fogo**

**Relato de Nicolás Palacios, de Luan, Coletiva de Ação Fotográfica**

A fumaça demora para sair da montanha. Mesmo quando as chamas se apagam, ela permanece suspensa entre as colinas, como uma memória recente. Cena recorrente: florestas enegrecidas, troncos ainda fumegantes e moradores caminhando pelas cinzas quentes em busca de focos que possam reavivar o incêndio.

Durante dias, brigadistas, bombeiros, moradores e brigadas autoconvocadas combateram as diversas frentes ativas em meio a montanhas íngremes, ventos variáveis e altas temperaturas. Do ar, helicópteros e aviões-tanque lançavam água sobre focos de incêndio que, vistos do solo, pareciam intermináveis.



*Combatentes do fogo na Floresta Andino-Patagônica (Foto: Nicolás Palacios/Colectiva de Acción Fotográfica)*

O fogo se alastrava rapidamente. Em questão de horas, podia descer um barranco, cruzar uma estrada e subir novamente a encosta seguinte. Para quem estava no terreno, um dia era medido em metros ganhos ou perdidos diante de uma frente que parecia nunca ser contida completamente. Mas, em muitas áreas, o fogo encontrou um aliado silencioso: os pinheiros. Os pinheirais queimaram com uma intensidade feroz. Muitos brigadistas descrevem a situação de maneira simples: ao entrar em um pinheiral, o incêndio se transforma.

Após várias semanas, quando o fogo finalmente foi controlado, a paisagem ficou em silêncio, a montanha, escura, e o cheiro persistente de madeira queimada.

O incêndio no Parque Nacional Los Alerces começou com um raio em uma área de difícil acesso. O prefeito, mais preocupado com a expulsão de uma comunidade Mapuche, recusou a ajuda oferecida pelos bombeiros de localidades vizinhas. Essa demora permitiu que o incêndio se alastrasse para além dos limites do parque. Durante semanas, o fogo se espalhou em várias direções, pondo em risco localidades vizinhas e queimando mais de 26 mil hectares de floresta, e acabando por se encontrar, ao norte, com o incêndio que começara em Patriada. Somente o enorme esforço de voluntários, junto a recursos estatais, impediu mais danos. A ação solidária contrastou fortemente com a lenta resposta do estado.

Dias depois das últimas brasas se extinguiem, moradores, amigos e voluntários começaram a chegar. Caminhonetes carregadas de doações, ferramentas compartilhadas, mãos dispostas a levantar paredes mais uma vez. Muitas casas foram reconstruídas coletivamente, em jornadas comunitárias de trabalho onde cada um contribuía com o que podia. Uns cortam madeira, outros erguem estruturas, outros, ainda, preparam comida para os que trabalham o dia todo. Entre mates, poeira e martelos, as casas começaram a tomar forma. Na Comarca Andina, essa lógica tem uma antiga tradição: quando alguém perde tudo, surge a organização comunitária.

Na cordilheira patagônica, depois do fogo, sempre resta mais do que devastação: resta a memória do desastre, mas também a obstinação daqueles que reconstróem suas vidas no mesmo lugar onde as chamas tentaram apagá-las.

De Cholila: o verde fugindo do fogo na pintura de Sara.



### **Vamos despinheirizar!**

Já se alertou, desde cedo, que subsidiar plantações de pinheiros no contexto do aquecimento global é semear futuras catástrofes, como aquelas que estamos vivenciando cada vez com mais frequência. Estudos afirmam que os incêndios florestais na Patagônia aumentarão substancialmente durante a primeira metade do século XXI. E alertaram, como hipótese que agora vemos se confirmar, que o plantio contínuo de árvores exóticas inflamáveis aumentará o alcance ou a gravidade dos incêndios extremos. (16) Cada incêndio gera mais material combustível: onde havia mil pinheiros por hectare, após o incêndio, brotam 20 mil e até mesmo, mais de 100 mil pinheiros. (17)



*Rebrota de pinheiros após o incêndio de janeiro de 2025 em pinares de Epuyén*

Os pinheiros se espalham para além dos limites das plantações originais, invadindo campos vizinhos e acostamentos de estradas. Crescem mais rápido do que as árvores nativas, tanto pela capacidade de extrair água das profundezas do solo quanto por emitir substâncias que inibem o crescimento delas. Assim, sufocam essas árvores nativas, invadindo e criando corredores de material altamente inflamável.

Um número cada vez maior de pessoas está se conscientizando da necessidade de controlar essa invasão verde. Aqui e ali, surgem mutirões (às vezes com mais de 30 moradores) para remover pinheiros, seja manualmente, usando serras ou motosserras, ou anelando as árvores para que sequem em pé. As sementes de pinheiro continuam germinando por até quatro anos após um incêndio e, portanto, a tarefa precisa ser repetida nos anos seguintes.

Lamentavelmente, enquanto a degradação territorial causada por essas plantações se torna cada vez mais evidente, o estado e o setor privado seguem promovendo seu cultivo, inclusive para transformar a região em exportadora de madeira. (18) Mas os mutirões e as organizações comunitárias continuam semeando e construindo outros mundos possíveis.

**Trabalho de autoria coletiva compilado por Aguayala, um coletivo de pesquisa, difusão e ação focado na água – como bem comum – em Abya Yala. (19)**

**Referências:**

- (1) Greenpeace, Incendios forestales en la región Andino Patagónica, fevereiro de 2026.
- (2) Greenpeace, Se cuadruplicó la superficie de bosques patagónicos afectada por incendios forestales, maio de 2025.
- (3) Testemunho de Darío Anden, Mallín Ahogado, Río Negro. Março de 2026
- (4) Raffaele, E.; Franzese, J.; Ripa R.; Moreyra A.; Pissolito, C.; e Blackhall, M.; Una nueva degradación de la tierra en Patagonia: retroalimentación positiva entre fuego e invasión de pinos, 2018.
- (5) Pizzolon, Lino; Hermosilla Rivera, Cristian; Richeri, Marina. Impacto hidrológico de las plantaciones de

## Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

pinos en las nacientes del Río Chubut y sus posibles consecuencias en el valle inferior, Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco, 2022.

(6) Secretaría de Agricultura y Pesca de la Nación, Tablero de Plantaciones Forestales. Última atualização: dezembro de 2025.

(7) Lara, Susana. La forestación como instrumento de despojo, 2011.

(8) Boletim do WRM, Megaplantações de pinus na Patagônia Argentina: invasão territorial, incêndios e falta de água, janeiro de 2022.

(9) Agencia Tierra Viva, Condenaron a los asesinos del joven mapuche Elías Garay Cañicol, dezembro de 2022.

(10) Agencia Tierra Viva, Sin acciones concretas para combatir el fuego, el Gobierno responsabiliza al Pueblo Mapuche por los incendios, 13 de janeiro de 2026.

(11) Tiempo Argentino, Incendios en la Patagonia: denuncian que el Gobierno apela al racismo para evadir responsabilidades, 16 de janeiro de 2026.

(12) Agencia Tierra Viva, Milei y una Argentina sin protección de los bosques nativos, outubro de 2024.

(13) Coletivo dedicado à pesquisa, disseminação e ação sobre a água – como um bem comum – em Abya Yala, com foco especial na região andino-patagônica. Participam moradorxs locais, membros a comunidade mapuche, professorxs, cientistas, trabajadorxs florestais (atuais e antigxs), militantes de assembleias, comunicadorxs e artistas. Sediado em Esquel e na Comarca do Paralelo 42.

(14) “Mãe terra” em mapuzungun, a língua Mapuche.

(15) “Muito obrigado” em mapuzungun, a língua Mapuche.

(16) Thomas T. Veblen; Andres Holz; Juan Paristsis; Estela Raffaele; Thomas Kitzberger e Melisa Blackhall. Adapting to global environmental change in Patagonia: What role for disturbance ecology?, 2011. Austral Ecology. 36:891-903.

(17) Idem 3.

(18) Mesa Foresto Industrial, 2026.

(19) Idem 13.

## DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM

### **O impacto das barragens e dos reassentamentos na vida da mulher**

O dia 14 de março é o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, pelos Rios, pela Água e pela Vida. Em solidariedade a essa luta, recomendamos o artigo “O impacto das barragens e dos reassentamentos na vida da mulher”, que traz exemplos muito concretos de como os projetos hidrelétricos na Malásia impactam a vida dos povos indígenas, em especial, das mulheres.

O dia 14 de março é o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, pelos Rios, pela Água e pela Vida e, em solidariedade a essa luta, recomendamos o artigo “O impacto das barragens e dos reassentamentos na vida da mulher”, que traz exemplos muito concretos de como os projetos hidrelétricos na Malásia impactam a vida dos povos indígenas, em especial, das mulheres. Embora escrito em 2004 - quando, por exemplo, a citada Hidroelétrica Kelau, concluída em 2015, ainda era um projeto -, o texto é extremamente atual. Entre os impactos mencionados no artigo: as mulheres são as que menos recebem indenizações por terem menos acesso a terras tituladas em comparação com os homens; elas sofrem os maiores impactos após o reassentamento forçado por causa de um projeto de barragem: precisam andar trechos mais longos para colher frutos nas matas, fazer a pesca nos rios ou buscar água; atividades que antes eram feitas em casal, como a caça, se tornam muito mais onerosas e as mulheres acabam ficando em casa tendo seu papel social restrito às “funções de gênero” da sociedade urbana (como cuidar da casa e dos filhos apenas; problemas relacionados a uma má nutrição e ao estresse provocado pelo desarraigamento de seus lares e tudo o que isso implica, também afetaram mais as mulheres. Com fartos exemplos, o artigo apresenta esses impactos que podem ser verificados em muitas outras comunidades impactadas por barragens e que, como o próprio texto reforça, é “o preço pago pelo ‘desenvolvimento’”. Vale a leitura! [O impacto das barragens e dos reassentamentos na vida da mulher](#)

## RECOMENDADOS

### **Publicação da GRAIN alerta para mais danos que serão causados às comunidades à medida que governos do Sul correm para entrar nos mercados de carbono**

A GRAIN explica como o famigerado Artigo 6 do Acordo de Paris, da ONU, sobre mudanças climáticas está gerando uma corrida para que governos do Sul global estabeleçam esquemas de compensação de carbono. Citando acordos bilaterais assinados pela cidade-estado de Singapura com Gana e Paraguai, o artigo mostra como esse tipo de acordo provavelmente resultará em mais danos às comunidades do Sul global, enquanto ajuda os grandes poluidores a evitar a redução de emissões. Segundo a GRAIN, mesmo antes de os créditos de carbono correspondentes ao Artigo 6 começarem a entrar em vigor de forma significativa, mais de 9 milhões de hectares de terras no Sul global já haviam sido tomados para projetos voltados a gerar créditos de carbono por meio do plantio de árvores e outros cultivos. Alertando para o fato de que “a corrida por terras comunitárias pode piorar muito”, o artigo convoca comunidades, grupos de justiça climática e

movimentos sociais a resistir à pressão por esse comércio internacional de créditos de carbono. O artigo está disponível, em inglês, espanhol e francês, [aqui](#).

### **Indonésia: Inundações e deslizamentos de terra em Sumatra e Aceh: não foram um desastre natural**

Nesta publicação, a organização indonésia Walhi critica a classificação, pelo governo do país, das inundações e dos deslizamentos de terra que atingiram gravemente Aceh, o norte e o oeste de Sumatra em dezembro de 2025 como “desastre natural”. Há muitos anos, a Walhi vem alertando sobre como o desmatamento de 1,4 milhão de hectares nessas áreas para viabilizar a expansão empresarial desenfreada da exploração madeireira, das plantações industriais de dendê, da extração de minerais, metais e energia geotérmica, e das usinas hidrelétricas, todas legalizadas pelo governo, está diretamente ligado a esse desastre que resultou em mais de mil mortes. Leia o comunicado de imprensa da Walhi, [em indonésio aqui](#).

### **“Carbono em outros lugares – Como a responsabilidade climática está sendo transferida”**

O artigo descreve a compensação de carbono sob a perspectiva do projeto de REDD Makira, no nordeste de Madagascar. O autor descreve como foi solicitado que as comunidades “participassem de um sistema que operava com prazos, mercados e abstrações jurídicas que iam muito além de sua experiência. A floresta que conheciam estava sendo redefinida como um ativo global” e “a compensação não surgiu como uma escolha. Surgiu como um futuro definido em outro lugar”. Citando projetos na Tanzânia, ele explica que a compensação de carbono “também permite o renascimento da chamada conservação de fortaleza” e conclui que a compensação se revelou como um “sistema que pedia às florestas para substituir a coragem política. Um sistema que convertia paisagens vivas em espaço compensatório para emissões geradas em outros lugares. Um sistema que transferia a responsabilidade para as pessoas com menos poder para recusá-la”. O artigo está disponível, em inglês, em: [fadingcultures.org](http://fadingcultures.org)

**Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte:  
Boletim 278 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Comunidades constroem esperança frente à invasão de plantações industriais de árvores"  
(<https://wrm.org.uy/pt/>)**

*O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.*

[Assine o Boletim do WRM](#)

Você perdeu a última edição do boletim do WRM  
***Lutas de resistência confrontam corporações que lucram com o caos climático***  
**[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)**

**Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)**

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

**Secretaria Internacional do WRM**

Av. Bolivia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)

<http://wrm.org.uy/pt>